

# Acção Socialista

Nº 1199 - 18 Junho 2003

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva  
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



## NOVAS POLÍTICAS PARA A NAÇÃO

As políticas de direita lançaram o País numa profunda crise económica e social, sendo absolutamente necessário mudar o estado de frustração em que os portugueses vivem, afirmou o Secretário-Geral do PS, Ferro Rodrigues, no encerramento das jornadas parlamentares, que se realizaram na Madeira entre os dias 15 e 17. Os portugueses, disse, podem contar com o PS para fazer oposição com sentido estratégico, como tem sido feito até aqui. A prova disso são as iniciativas legislativas apresentadas pela bancada socialista na AR, que se distinguem pela inovação, qualidade e até pela quantidade.

3



*"Portugal vive hoje uma crise que ultrapassa em muito os efeitos de uma conjuntura desfavorável"*

*"Três palavras definem hoje o sentimento de muitos portugueses: frustração, desalento e receio"*

*"O PS faz oposição com sentido estratégico e na procura de consensos que sirvam o País"*

Ferro Rodrigues

### DIA DE PORTUGAL

*Sampaio defende um novo patriotismo e apela à reforma das instituições*

6

### PESCAS

*Deputados contestam livre acesso de barcos a águas nacionais*

7 e 14

### EUROPA

*Ferro exige que o Governo defenda Portugal e não ceda na CIG*

15

### OTA

*Socialistas contra adiamento do novo aeroporto*

9

### ENTREVISTA

*Maria de Belém recusa saúde a duas velocidades*

12

# O ESTADO DA NAÇÃO EXIGE NOVAS POLÍTICAS

*Veja-se a profunda contradição em que caiu Durão Barroso: como líder da Oposição, quando o País crescia e se aproximava da União, protestava por mais convergência; agora, como primeiro-ministro, é o primeiro responsável pela divergência.*

As Jornadas Parlamentares do Partido Socialista realizadas em 16 e 17 de Junho, no Funchal, tiveram como lema "o Estado da Nação exige novas políticas". Os nossos deputados fizeram o ponto da situação da análise crítica das políticas do Governo e trabalharam na apresentação de políticas alternativas.

É que é da política e das políticas que se trata.

Ao contrário do que a direita quer fazer crer, a profunda crise económica e social que se abateu sobre o País não é nenhuma fatalidade, mas deve apenas, ou sequer sobretudo, à situação internacional. É um facto o abrandamento da economia mundial; não basta comparar o desempenho da economia portuguesa com a União Europeia para perceber que a nossa crise está longe de ser a consequência lógica e inevitável dos problemas internacionais.

Portugal está em recessão económica. Há três trimestres consecutivos que o Produto Interno Bruto diminui, quando comparado com períodos homólogos do ano anterior. A economia europeia cresce. Isto quer dizer que se está a acentuar a divergência de Portugal com a União Europeia. Veja-se a profunda contradição em que caiu Durão Barroso: como líder da Oposição, quando o País crescia e se aproximava da União, protestava por mais convergência; agora, como primeiro-ministro, é o primeiro responsável pela divergência.

Qual é a razão principal, se não os sucessivos erros políticos do actual Governo? Os erros do discurso político do próprio Durão Barroso: como é que se pode estimular a confiança dos investidores e dos consumidores com o discurso da "tanga"? Os erros da política orçamental: cortando no investimento político, impondo cortes cegos independentemente das áreas sacrificadas, e, ao mesmo tempo, deixando derrapar a despesa corrente e perdendo sistematicamente receita fiscal, cria-se um clima recessivo, que agrava, em vez de

atenuar, as dificuldades económicas. Os erros da política económica: a Agência Portuguesa de Investimento não captou até agora nenhum euro de investimento estrangeiro, o seu presidente critica publicamente o Governo, e os serviços essenciais à promoção externa e do apoio às pequenas e médias empresas encontram-se paralisados.

Entretanto, a "diplomacia económica" do Ministério dos Negócios Estrangeiros mostrou o seu ridículo: finalmente percebemos, pela boca do próprio ministro, o que queria dizer – que o Ministério está falido! A rede que tinha sido pacientemente construída – a rede de consulados, a rede de ensino português no estrangeiro, a rede de leitorados e de conselheiros culturais, a rede de cooperação com o mundo lusófono – está a ser desmantelada.

É, contudo, a insensibilidade social que melhor caracteriza a política da direita e que mais contribui, do lado das políticas, para o agravamento das condições de vida de milhares e milhares de famílias portuguesas. Não há, neste momento, políticas activas de emprego. Foram desrespeitados os compromissos já assumidos em matéria de formação profissional. E é sério o risco de descapitalização do sistema público de segurança social.

No dia a dia, as pessoas sentem esta crise e sabem que ela não é uma fatalidade. Sabem quem está a falhar nos remédios. Mas não é menos verdade que caiu, sobre a actualidade informativa, uma nuvem de poeira que obscurece a realidade social e desvia as atenções. Os socialistas, todos os socialistas devem empenhar-se em contrariar este estado das coisas, demonstrando que a vida concreta das famílias – e não os pequenos e médios escândalos e peripécias de folhetim – é o critério fundamental para a avaliação da qualidade das políticas públicas.

E, aplicando este critério, só uma conclusão possível: as actuais políticas levam-nos ao desastre!



**AUGUSTO SANTOS SILVA**



## BLACK GLASSES (EM PORTUGUÊS, ÓCULOS PRETOS)

ANTOONIO COLAÇO

- OI, DONALD!!! PST! PST!! RUMSFELDEZINHO AMIGO! UH, UH!!! HÁ SÓ UMA COISA QUE NOS SEPARA , PARA ALÉM DAQUELA DE AMBOS TERMOS SIDO MINISTROS DA DEFESA COM A MESMA IDADE E DE NOS AGUENTARMOS DEPOIS DO IRAQUE :
- COM ESTES ÓCULOS PRETOS EU NUNCA ME COMPROMETO!!!



JORNADAS PARLAMENTARES DO PS

# GOVERNAÇÃO DE DIREITA MERGULHA PAÍS NA FRUSTRAÇÃO, DESALENTO E RECEIO

*Os portugueses sentem hoje uma enorme frustração, desalento e receio perante o futuro devido às políticas erradas do Governo e ao acumular de compromissos que não foram respeitados pela actual maioria PSD/PP, afirmou o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, no discurso de encerramento das jornadas parlamentares, que decorreram na Madeira de 15 a 17 de Junho. A crise era "inevitável", considerou, acusando os partidos da direita de serem responsáveis pela profunda depressão económica e social que o País vive.*



Segundo afirmou o secretário-geral do PS, Portugal é hoje o país da União Europeia que mais rapidamente e com maior intensidade entrou em recessão económica. "O risco da economia decrescer em 2003 e cada vez mais provável e a probabilidade de crescimentos menos que a União em 2003 e 2004 é, infelizmente, elevada", afirmou.

Considerando que os portugueses vivem hoje uma situação de profundo desalento e receio perante o futuro, Ferro Rodrigues criticou duramente as opções políticas e económica do Governo, que está a "estrangular o país" e a "correr as energias dos portugueses".

Referindo-se à obsessão governamental pela consolidação do Orçamento, disse que ninguém pode acreditar que ela exige que a construção de equipamentos para crianças, deficientes ou idosos fosse quase paralisada, que o programa que levava a ciência aos nossos jovens fosse bloqueado, que as respostas para a recuperação dos toxicodependentes fossem desorganizadas, que a política cultural se transformasse numa realidade desastrosa e que os investimentos estruturantes para a nossa inserção internacional, sejam alvo de inelmináveis indecisões, como o caso da OTA e da alta velocidade ferroviária.

"Portugal vive hoje uma crise e uma recessão económica que ultrapassa em muito os efeitos de uma conjuntura desfavorável", rematou.

Mas o secretário-geral do PS também chamou a atenção para a necessidade de consensos em questões fundamentais, nomeadamente na área da reforma do sistema político.

Os portugueses, disse, "podem contar com a acção do PS para fazer oposição". Mas, hoje como ontem, sublinhou, "a fazer oposição com sentido estratégico, com capacidade de definir e procurar consensos que, servindo o País, sirvam os portugueses".

## Iniciativas de qualidade

"O que faz falta nesta legislatura é uma maioria que saiba corresponder à

disponibilidade e iniciativas do PS para que Portugal possa dar o salto em frente", afirmou António Costa, na intervenção que efectuou na abertura das jornadas parlamentares do PS, em que os deputados fizeram uma análise crítica da acção do Governo e apresentaram ideias para a implementação de políticas alternativas.

António Costa acusou a bancada laranja de ter uma agenda "mediocre", em contraste com a actuação "consistente" do Grupo Parlamentar do PS (GP/PS), salientando que enquanto o PSD faz projectos de lei sobre, por exemplo, toros de morte e regime de criação de municípios, o PS apresenta diplomas sobre investigação & desenvolvimento e qualificação que visam "a inovação e a qualidade, de forma a podermos ter um desenvolvimento sustentável do País". Num balanço sobre a actividade do GP/PS, destacou, em primeiro lugar, o facto de que no final do primeiro ano de mandato "todos os deputados socialistas tinham feito pelo menos uma intervenção pública".

Por outro lado, salientou que o PS foi o grupo parlamentar com mais iniciativas legislativas, tendo apresentado ao longo deste ano 88 projecto de lei, contra 56

do PSD.

Mas, para além da quantidade, António Costa pôs também em evidência a qualidade. É que, frisou, "enquanto a maior parte dos projectos do PSD são sobre limites de freguesias e vilas", os diplomas apresentados pelos socialistas referem-se a "grandes matérias que dizem respeito às pessoas".

Na sua intervenção, António Costa afirmou que o PS tem um "entendimento muito claro do que é estar na oposição", salientando, por um lado, que lhe "compete defender a obra feita pelos governos socialistas", e, por outro lado, "apresentar alternativas às reformas propostas pelo actual Governo". Segundo o líder da bancada socialista, "em todas as reformas do Governo, desde a lei de gestão hospitalar até à lei de bases da educação, o PS fez propostas alternativas". Mas, adiantou, o nosso partido também apresentou "iniciativas legislativas próprias".

Entre estas, destacou os projectos de lei sobre a criação de farmácias sociais, a qualidade do ar nos edifícios, a toxicod dependência, bem como propostas para melhorar a qualidade da receita e da despesa, que visavam "a consolidação das finanças públicas sem

prejudicar o investimento", no âmbito de um pacote sobre a competitividade que visava melhorar a "performance" da nossa economia.

O líder da bancada socialista salientou que as jornadas parlamentares são "um momento de reflexão", que permitirá avançar na análise sobre o estado em que se encontra o País e elaborar novas políticas.

Referindo que a Madeira já conquistou o PS pela proximidade e afinidades de numerosos deputados à região, referiu que já só falta agora que o PS conquiste a Madeira.

## Modelo jardinista está esgotado

Duarte Caldeira, líder parlamentar do PS na Assembleia Legislativa regional, a quem coube abrir os trabalhos das jornadas parlamentares, referiu que "apesar da Madeira ter sofrido um grande desenvolvimento, há ainda muito por fazer, em particular na melhoria dos rendimentos da população".

É que, adiantou, o rendimento "per capita" nesta região autónoma não é ainda de 75 por cento da média europeia.

Já Maximiano Martins, cabeça-de-lista do PS pelo círculo da Madeira nas últimas legislativas, disse que pela primeira vez há a percepção de que o modelo de desenvolvimento seguido na região "está bloqueado" e as suas "perversões começam a vir ao de cima", porque, explicou, este "modelo jardinista" assenta "na utilização de recursos ilimitados, na construção de infra-estruturas físicas, com uma fraca aposta na educação e qualificação".

Neste contexto, considerou que estão criadas as condições para haver "alternância democrática", com uma "nova geração de políticas e um novo modelo de desenvolvimento para a Madeira".

No âmbito das jornadas, a direcção do Grupo Parlamentar do PS teve audiências com o ministro da República, presidente da Assembleia Legislativa Regional, bispo da Madeira e presidente do Governo Regional.

À saída do encontro com Alberto João Jardim, o líder da bancada socialista disse que o nosso partido é a favor de uma revisão constitucional, mas alertou que não se pode andar a saltitar de revisão em revisão. É que, lembrou, ainda falta regulamentar a revisão constitucional de 1997.

Ao longo das jornadas, os deputados do PS fizeram um diagnóstico muito negativo da actuação do Governo. Todas as áreas, desde a educação ao ambiente, passando pelo ordenamento do território, até às pescas e agricultura, foram profundamente analisadas, tendo os deputados nas suas intervenções posto a nu, nomeadamente, a orientação governamental que tudo sacrifica em nome do controlo do défice público. Foram ainda apresentadas sugestões para melhorar ainda mais a oposição do PS ao actual Governo, nomeadamente uma melhor coordenação entre a direcção do partido e o seu grupo parlamentar.



## PROCESSO CASA PIA

## FERRO INABALÁVEL

Ferro Rodrigues está confiante na Justiça portuguesa e garante que os socialistas podem continuar a contar com a sua "total disponibilidade" como líder do Partido. Esta a certeza deixada pelo secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, no passado dia 4, numa declaração lida aos jornalistas, na Assembleia da República, após ter sido ouvido como testemunha pelo Ministério Público, durante seis horas, no âmbito do processo da Casa Pia.

Sobre a alegada implicação do ex-porta-voz do PS em crimes de abuso sexual de menores e crianças, Ferro foi categórico: "Entrei com a convicção inabalável na inocência do deputado Paulo Pedrosa. Sai com a mesma convicção. Convicção absoluta e inabalável".

Depois de esclarecer que o tempo de audiência com o procurador-geral da República, Souto Moura, foi "muito produtivo e relevante para o apuramento da verdade, até as últimas consequências e em todas as suas vertentes", o líder socialista reafirmou ainda a sua intenção de proceder criminalmente contra quem lançou toda "esta calúnia infame", e relembrou "todas as posições" que assumiu, sobre este tema, em momentos anteriores.

Em sinal de total apoio, confiança e solidariedade para com secretário-geral Ferro Rodrigues, estiveram na sala onde foi lida a sua declaração política o líder parlamentar António Costa, o vice-presidente da Assembleia da República Manuel Alegre, entre outros deputados e dirigentes socialistas.

"Reafirmo que o PS poderá hoje, como no passado, continuar a contar com a minha total disponibilidade como secretário-geral", declarou, frisando de seguida que "os portugueses poderão continuar a contar" consigo e com o PS "para defender, na oposição, os seus interesses" e garantiu que o Partido será "sempre uma referência democrática para um país mais justo e mais solidário".

### Apurar a verdade em todas as vertentes

Também o presidente do Grupo Parlamentar do PS será ouvido como testemunha no processo, facto que considero "positivo" porque "significa que a justiça quer aprofundar a



### AMNISTIA DE 1999

### PERDÃO DE PENA EXCLUI PEDOFILIA

Para o Partido Socialista, os tipos de crime em causa no Processo da Casa Pia não são abrangidos pelo perdão de pena de 1999, uma lei aprovada por unanimidade pela Assembleia da República.

Conforme recordou o porta-voz do PS, a Lei da Amnistia de 1999 não foi proposta pelo Governo do então primeiro-ministro António Guterres, mas sim por um grupo de trabalho da I Comissão parlamentar.

O esclarecimento deve-se a uma notícia, divulgada no matutino

"Público" e pela Lusa, segundo a qual o perdão de penas aprovado em 1999 abrange abusos sexuais de crianças, lenocínio e tráfico de menores, podendo beneficiar os arguidos do processo Casa Pia, que poderiam ver as suas penas reduzidas de um ano a 18 meses.

Vieira da Silva assegurou que, embora o PS não queira fazer "desta questão um tema de combate", defende que a investigação deve ir até ao fim e que a lei deve ser aplicada "sem contemplações".

verdade" sobre o caso de Paulo Pedrosa.

Falando aos jornalistas à entrada para a Comissão Política Nacional do PS, no dia em que recebeu a notificação do DIAP, Costa esclareceu igualmente que pedira já ao presidente da Comissão Parlamentar de Ética, Jorge Lação, a autorização para depor nos dias 24 ou 25.

Assim, o líder da bancada socialista deslocar-se-á ao DIAP para explicar as pistas que garante possuir sobre as circunstâncias em que o deputado Paulo Pedrosa se tornou suspeito de crimes de pedofilia.

"Está a ser feito o que tem de ser feito para apurar a verdade em todas as vertentes", afirmou Costa.

Recorde-se que quando foi decretada a prisão preventiva de Paulo Pedrosa, há cerca de um mês, o líder parlamentar disse ter informações sobre o caso, tendo solicitado uma audiência ao procurador geral da República, Souto Moura.

Desde então que António Costa tem vindo a frisar publicamente que nunca tentou intervir no processo, considerando "abusiva" a ideia de que os telefonemas que fez ao procurador-geral da República e ao presidente da Assembleia da República se destinavam a perturbar as investigações em curso.

"As chamadas foram feitas do meu telefone", garantiu, acrescentando que o conteúdo de ambas conversas já consta do processo e sublinhando que tanto Souto Moura quanto Mota Amaral já confirmaram a sua veracidade.

Refira-se que as escutas telefónicas feitas a Ferro Rodrigues e a António Costa terão contribuído para a prisão preventiva de Paulo Pedrosa por, alegadamente, constituírem eventual perigo de obstrução do processo.

Por seu turno, a o advogado de defesa de Pedrosa alegou, no recurso entregue no Tribunal contra a prisão preventiva do deputado que o reconhecimento por fotografia "é ilegal" e que "não há indício forte da prática de crime" de pedofilia.

O advogado Celso Cruzeiro entregou no Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa um documento que rebate "ponto por ponto" os motivos que levaram à detenção do ex-porta-voz do PS.

## FÁTIMA FELGUEIRAS INSULTA DEMOCRACIA PORTUGUESA

O presidente do PS/Porto, Francisco Assis, afirmou que a ex-presidente da Câmara de Felgueiras insultou a democracia ao considerar-se a primeira exilada política após o 25 de Abril de 1974.

A reacção de Assis teve lugar momentos antes da Comissão Política Nacional do PS de 11 de Junho, surgindo também em resposta a questões colocadas pela Comunicação Social.

Classificando as posições assumidas pela ex-edil como "inacreditáveis", o dirigente socialista lembrou que "estamos perante uma pessoa que fugiu à justiça", sendo



por isso "inadmissível" a comparação que Fátima Felgueiras fez entre o seu caso e a situação que conduziu a prisão preventiva do porta-voz socialista, Paulo Pedrosa.

O líder do PS/Porto considerou ainda que o tipo de discurso feito por Fátima Felgueiras é "demagógico, populista", fruto do "caudilismo localista" que "contribuiu para os incidentes que ocorreram em Felgueiras" e em que Assis foi agredido.

Também o secretário-geral do PS lamentou que a ex-autarca de Felgueiras tenha escolhido a televisão e o Brasil para

responder sobre o seu processo-crime e não os tribunais portugueses.

Resposta socialista surgiu na sequência de um espectáculo mediático em que Fátima Felgueiras, tendo honras de transmissão directa em horário nobre em todos os canais portugueses, no passado dia 11, acusou o PS e a Justiça de perseguição.

A declaração de Ferro Rodrigues foi proferida no seguimento de perguntas de jornalistas, durante uma conferência de imprensa sobre a posição do partido em relação aos trabalhos da Convenção Europeia.

## FÓRUM SOCIAL PORTUGUÊS

# ESPAÇO DEMOCRÁTICO DE IDEIAS PARA UM MUNDO MELHOR

*A ideia de que também em Portugal é necessário lutar para que um outro mundo seja possível passou ao longo do Fórum Social Português, um espaço de diversidade, pluralidade e coesão, que reuniu durante três dias partidos políticos de esquerda e movimentos sociais das mais diversas áreas.*

*A semelhança do Fórum Social Mundial e do Europeu, o Fórum que decorreu na Cidade Universitária de Lisboa foi um espaço democrático de ideias e formulação de propostas sobre temáticas tão variadas como o neoliberalismo, pobreza e exclusão social, xenofobia, interrupção voluntária da gravidez e a nova ordem internacional, entre muitas outras.*



O Fórum, com um vasto programa de conferências, mesas de diálogo e controvérsias, debates, oficinas, exposições, para além de um leque variado de actividades culturais, juntou cerca de 3500 participantes de origens muito diversificadas mas unidos no objectivo de que é necessário encontrar alternativas às políticas neoliberais causadoras de desigualdades e exclusão social.

Pedro Adão e Silva, que juntamente com a sua colega do Secretariado Nacional do PS, Ana Gomes, participou no Fórum Social Português, esteve presente numa mesa de diálogo e controvérsia sobre as relações entre partidos políticos e movimentos sociais.

Na intervenção que efectuou no anfiteatro 1 da Faculdade de Letras, o camarada Pedro Adão e Silva salientou que o "Fórum serve para unir vozes", mas alertou que "pouco se ganha na influência social se se perder a questão da legitimidade, ou seja, se não se tiver em conta a real representatividade dos movimentos sociais".

Referindo que o Fórum Social Português "é um espaço de sociabilidade que é uma mais-valia, uma vez que é capaz de juntar, por exemplo, a Opus Gay e a CGTP e o PS e o PCP", defendeu que é necessário alargar a outros movimentos sociais a presença no Fórum.

É que, explicou, "não há nada pior que traçar uma linha de demarcação entre quem pode ou não estar fora do Fórum Social Português", acrescentando que "as dinâmicas não se constroem excluindo o que existe", pelo que o dirigente socialista sustentou que "todas as discussões no Fórum são úteis se travadas com a sociedade portuguesa".

Pedro Adão e Silva disse ainda que todos devem ter a noção de que o Fórum constitui uma oportunidade para "uma nova etapa de diálogo entre partidos e associações", defendendo a necessidade de se estabelecer "diálogos orgânicos" entre partidos e movimentos sociais". Para o dirigente socialista, este é um

processo "que não pode ficar enriquecido na organização dos partidos e no enquistamento ideológico". Na sua intervenção, o secretário nacional do PS considerou, por outro lado, que a relação entre os partidos políticos e a sociedade civil é um "conceito errado", uma vez que, lembrou, os partidos emanam da sociedade civil.

Nesta mesa de diálogo e controvérsia, em que participou Pedro Adão e Silva, destaque também para a presença de Jerónimo de Sousa e Ana Drago, respectivamente, do PCP e do Bloco de Esquerda, entre outros.

### Ana Gomes defende centralidade dos direitos humanos

"Um outro mundo é possível, sim, mas é preciso alicerçar as nossas apreciações e atitudes em três pilares fundamentais: os direitos humanos, a segurança e o direito internacional". Esta a mensagem deixada por Ana Gomes na mesa de diálogo e controvérsia organizada pela Juventude Socialista, no passado dia 9, no âmbito do Fórum Social Português.

No evento, moderado pela líder da JS Jamila Madeira, onde também participou Álvaro Vasconcelos, director do Instituto de Estudos Estratégicos, a secretária nacional para as Relações Internacionais do PS lembrou aos jovens presentes no anfiteatro IV da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, que a noção de "desenvolvimento sustentável implica a regulação da globalização", uma vez que estão em causa os direitos e deveres fundamentais das pessoas, bem como a sua segurança.

E porque os direitos humanos são uma vertente essencial do direito internacional" a dirigente socialista referiu-se à questão do Iraque como "um incidente particularmente grave porque, pela primeira vez, a legislação internacional foi violada manifestamente, sem sequer ter havido uma preocupação com a

manutenção da aparência de legalidade". Depois de classificar esta intervenção militar como "uma desfaçatez da administração americana", Ana Gomes alertou para o facto do conflito ter aberto a caixa de pandora, voltando a comunidade mundial ao "vale tudo".

"Temo que nós ainda nem sonhamos com o que vamos ter de presenciar no futuro", disse, acrescentando que o combate ao terrorismo, depois dos trágicos acontecimentos do 11 de Setembro, não pode ser pretexto para guerras que em tudo se assemelham, elas próprias, a acções terroristas". Segundo a responsável socialista, quem lucrava verdadeiramente com a acção bélica contra o Iraque não foram os iraquianos, que não viram a sua segurança nem os seus direitos reforçados, mas os terroristas.

"A guerra criou condições para uma maior



## PS NÃO PARTICIPOU NA MANIFESTAÇÃO

O desfile de encerramento do Fórum Social Português, do Marquês de Pombal aos Restauradores, que encerrou o I Fórum Social Português, não contou com a participação do PS, em protesto contra a tentativa do PCP de adular o sentido da manifestação. "Face à postura do PCP de querer esmagar os movimentos sociais, o PS decidiu não alinhar nesse jogo", explicou o secretário nacional Pedro Adão e Silva. Dada a situação criada, o PS optou por não participar no desfile. Mas, a fracassada tentativa hegemónica dos comunistas teve outras consequências no desfile que se pariu em dois com os movimentos sociais de um lado, e os militantes e simpatizantes da CGTP e do partido da Soeiro Pereira Gomes do outro.

disponibilização e uma intensificação no recrutamento de pessoas para o terrorismo", lamentou, reiterando a sua convicção de que é no seio das Nações Unidas, "espaço privilegiado para o diálogo entre as nações", que os diferendos devem ser debatidos e as soluções encontradas.

"Não podemos deixar que a ONU seja destruída. Podemos e devemos exigir que ela seja reformada, bem como o Conselho de Segurança", afirmou, para de seguida passar ao que descreveu como "a encruzilhada da Europa".

"O que se está a passar no mundo não beneficia o projecto europeu e Portugal está a passar completamente ao lado deste debate", alertou a dirigente socialista, que defende uma União mais federal, mais combativa por um mundo multipolar, com "um papel activo e progressista" e que não se limite a uma "actividade gestionária do que se passa do outro lado do Atlântico".

Para Ana Gomes, esta Europa, que deveria ter uma representação unificada no Conselho de Segurança da ONU, implica, pois, "uma forte liderança com projectos e processos bem definidos", considerou.

No que toca ao nosso país, a responsável socialista advogou pela colocação de mais

portugueses nas instâncias internacionais, sejam elas governamentais ou não. "Mais e melhor cooperação, mais desenvolvimento empresarial, mais tolerância no seio da sociedade para com os imigrantes, mais apoio para a comunidade emigrante, mais cidadania e mais democracia" são os requisitos elencados pela camarada, para que um mundo outro, melhor do que o actual, seja efectivamente possível.

Aos meios de comunicação de massas, Ana Gomes deixou um recado: "Eles devem intervir, mas regulados não apenas pelos padrões, mas também pelo Estado, para que haja informação responsável".

A terminar, a ex-diplomata concluiu que "os últimos acontecimentos internacionais demonstram que nada é um dado adquirido e que, por isso, as condições para o mundo melhor devem reinventar-se".

### JS dinâmica

A Juventude Socialista teve uma participação muito activa no Fórum Social Português, particularmente em duas outras iniciativas, a primeira das quais consistiu numa mesa de diálogo subordinada ao tema da interrupção voluntária da gravidez, onde se reançou novamente a discussão sobre esta matéria, numa altura em que o próprio Parlamento Europeu se pronunciou sobre o problema, aconselhando os Estados-membro a alterarem a sua legislação no sentido da despenalização do aborto.

A oficina sobre "Cidades, Território e Ordenamento" foi o segundo momento de movimentação da Juventude Socialista, para além da participação em diversas conferências, seminários, workshops.

O PS e a JS marcaram também a sua presença através dos stands instalados na alameda da Universidade.



## DIA DE PORTUGAL

# PRESIDENTE CONTRA O POPULISMO FÁCIL

**Sampaio defende um novo patriotismo e apela à reforma das instituições contra "imobilismo"**

O Presidente da República instou os portugueses a assumirem um "novo patriotismo, moderno e democrático, que faça do orgulho de ser português uma responsabilidade de melhorar e desenvolver" o País. Ao intervir na sessão solene das comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades, que decorreram em Angra do Heroísmo, nos Açores, Jorge Sampaio aleiou para "a preocupação excessiva com a popularidade das decisões não é de bom conselho para quem tem de definir um caminho que assegure o futuro", ao mesmo tempo que advertia para a necessidade de combater o "populismo fácil" e de resistir às "dificuldades de momento", introduzindo reformas.

Mas, para o chefe de Estado, é preciso "explicar com rigor e paciência por que razão se vai por aqui e não por ali", sendo, muitas vezes necessário "afrontar interesses instalados, vencer resistências e desgostos". A importância de prosseguir "ações específicas que visam corrigir os fatores que conduzem às assimetrias regionais de desenvolvimento e, em consequência, à quebra dos propósitos de lutar pela equidade territorial, condição indispensável da coesão nacional", foi outro ponto realçado pelo Presidente da República que a propósito defendeu a orientação criteriosa e o "sentido solidário os investimentos", valorizando os recursos existentes e dando "maiores e melhores oportunidades aos setores mais frágeis e não apenas aos



que conseguem impor-se às agendas políticas e mediáticas".

A participação portuguesa na União Europeia constitui, para o Chefe de Estado, um "designio nacional prioritário" em relação ao qual devemos "continuar a reservar um lugar de destaque às políticas nacionais, em todos os setores, da defesa nacional à política externa, da economia ao emprego, da cultura à formação".

Sampaio reiterou ainda o seu optimismo quanto aos desempenhos das regiões autónomas, sustentando que "a autonomia realizou-se para reforçar a coesão nacional, não para a enfraquecer".

## Reformar as autonomias com base na experiência

A "possível evolução" das autonomias regionais com reformas assentes "numa avaliação criteriosa da experiência acumulada" linha já sido abordada pelo Presidente da República no dia anterior aquando da sua intervenção na sessão solene comemorativa do Dia dos Açores.

Segundo Jorge Sampaio, as eventuais reformas devem decorrer de uma "reflexão séria sobre o estatuto dos órgãos actuais, isenta de dramatizações contraproducentes".

As alterações na autonomia, das quais

Sampaio disse ter uma "visão optimista", terão ainda que respeitar as "características fundamentais do sistema que não poderao ser esquecidas", sustentou.

Além de insistir que o sistema autónómico se assume como um "elemento essencial da República", Jorge Sampaio reconheceu que o regime de governo próprio dos Açores e Madeira "engrandece a nação no seu todo".

## Respeito pelos titulares de cargos públicos

Ao falar na Câmara de Angra do Heroísmo, onde foi recebido em festa

pela população e pelos autarcas do principal concelho da ilha Terceira, o Presidente da República, Jorge Sampaio, exigiu "respeito" pelos titulares de cargos públicos, alegando que na política "temos gente de bem", para, em seguida acrescentar, que a democracia portuguesa precisa de políticos respeitados e os titulares de cargos dos órgãos de soberania tem "direito a exigir" esse respeito.

Depois de salientar os momentos difíceis que se vivem no País, Sampaio referiu-se à necessidade de conjugar vontades em torno de uma ideia de "patriotismo moderno alicerçado na história".

O Presidente da República declarou-se esperançado em que "qualquer que seja a volta no caminho encontrado pela frente" se há-de entrar na "via certa", sendo que, por exemplo, a caminhada no sentido da "coesão é ainda imensa".

Como "antipopulista" e "antidemagógico", Jorge Sampaio admitiu ser "difícil fazer progredir Portugal", mas insistiu na necessidade de responder ao "apelo profundo" dos que esperam obras da acção dos responsáveis políticos.

O Presidente da República que chegou ao arquipélago no passado dia 8, realizou na região uma Presidência Aberta que terminou dia 15 nas Flores, a mais ocidental ilha da Europa. Ao longo destes dias por ilhas açorianas, Sampaio deixou vários recados nas suas múltiplas intervenções, sobretudo no que respeita às questões de âmbito nacional. O chefe de Estado referiu-se, nomeadamente à necessidade de haver uma cooperação institucional plena, das cautas a ter em conta na revisão constitucional que não deve ser feita "agressivamente" sem "uma avaliação criteriosa", e da importância da autonomia como característica determinante do Estado português.

## FERRO APELA AO PAPEL PEDAGÓGICO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ferro Rodrigues que se deslocou aos Açores para participar nas celebrações oficiais do 10 de Junho, solicitado pelos jornalistas, comentou as palavras do Presidente da República em que este pediu "respeito pelos políticos", dizendo que lhe "parecia bem, como sempre que o Presidente da República fala". O secretário-geral do PS afirmou também que "a exigência e o respeito são duas faces da mesma moeda, exigência para com os políticos e respeito que todos os políticos merecem". Neste plano, considerou também que "a comunicação social pode ter um papel pedagógico para fortalecer a democracia portu-



guesa" na medida em que "uma democracia nunca está particularmente firme, totalmente consolidada. Questionado sobre se considerava que esse "respeito" tem sido posto em causa, o líder socialista iniciou a sua resposta dizendo que a pergunta deve ser dirigida ao Presidente da República, para depois acrescentar que os jornalistas "são os primeiros a saber que tem sido posto em causa várias vezes, inclusivamente a forma como a comunicação social trata as pessoas que dão o melhor da sua vida ao serviço da causa pública, da liberdade, democracia e direitos do homem".

## CARLOS CÉSAR CONTESTA "ARROGÂNCIA EGOCÊNTRICA" DE LISBOA

Perante o mais alto magistrado da nação, o presidente do Governo Regional dos Açores proferiu um vigoroso discurso revelador do estado das relações com o Governo da República. "A condição de açoriano não se fere de morte pelas leis de finanças regionais, pelas ofensas legislativas ou orçamentais da Lisboa egocêntrica, pelas cautelares jurisprudências, pelos lapsos de solidariedade que nos devia ser dirigida, nem pela arrogância dos que, do outro lado do mar, nos querem sempre dirigir", afirmou Carlos César na sessão solene das comemorações do Dia dos Açores.



Vendo na autonomia a "experiência melhor sucedida de descentralização do Estado português", César considerou a propósito que a condição de povo autónomo dos açorianos os tornou "melhores portugueses e, assim, melhores cidadãos". O presidente do Governo Regional dos Açores realçou ainda o papel das ilhas enquanto região estratégica e a presença açoriana em vários continentes devido ao fenómeno emigratório. Essa situação retrai o direito a quem quer que seja de "com soberanias civilizacionais nos dar lições sobre universalidade", acrescentou.

PESCAS

# SOCIALISTAS QUEREM MANTER LIMITES DA ZONA ECONÓMICA EXCLUSIVA PORTUGUESA

Abrir o acesso às águas da Zona Económica Exclusiva, fora das 12 milhas, no Continente provocará conflitos sociais e dificuldades de gestão da captura não sujeitas a quotas, como é o caso da sardinha, da gamba, do camarão vermelho, mas também na exploração de espécies sujeitas a quotas, no caso do lagostim. Esta é a alerta deixado por José Apolinário que, na sessão plenária da Assembleia da República do passado dia 11, lembrou que uma tal liberalização acentuará, nos Açores e na Madeira, "a difícil situação das comunidades piscícolas, sobretudo daquelas totalmente dependentes da pesca". "A Comissão Europeia tem de regressar à sua proposta inicial e eventuais modificações têm um limite", afirmou o deputado do PS, para quem o Governo não deve permitir um aumento dos atuais níveis de captura na nossa Zona Económica Exclusiva por parte de frotas não



nacionais, nem legítimas modificações substanciais no actual equilíbrio, "já de si periclitante como se vê pelas reiteradas e inaceitáveis violações por parte de agentes económicos locais no caso dos acordos fronteiriços do Guadiana e do Minho". Assim, os socialistas desafiaram o Executivo de direita a "esclarecer de imediato", em Comissão Parlamentar, a estratégia portuguesa, "ao invés de procurar utilizar a informação que

dispõe, não para envolver o País na defesa do interesse nacional, mas para anunciar vitórias que, desta feita, esperamos não apenas morais". Depois de reafirmar que um eventual livre acesso à Zona Económica Exclusiva de Portugal contraria uma "política precaucionária", o ex-secretário de Estado das Pescas do PS considerou incompreensível que a pequena frota de pesca nacional tenha sido privada de apoios públicos para novas construções, a partir de 1 de Janeiro de 2005.

Incentivando a tutela a negociar este ponto aquando da discussão da revisão dos regulamentos comunitários relativos ao esforço de pesca, o deputado exigiu do Executivo apoios para os pescadores e as suas famílias. "As compensações sócio-económicas, em caso excepcionais, devem continuar a consolidar-se", defendeu.

REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

# DIREITA CHUMBA CARTÃO DO CIDADÃO



As bancadas do PSD e do PP chumbaram, no passado dia 5, na Assembleia da República, o projecto de lei do PS que previa a criação de um cartão único do cidadão, assumindo, na opinião dos deputados socialistas, a função de "portavozes da burocracia".

Recorde-se que o diploma do PS pretendia concentrar num só documento electrónico multissuos os actuais bilhete de identidade, cartão de contribuinte, cartão de eleitor, cartão da Segurança Social e de utente do Serviço Nacional de Saúde. Segundo o líder do G/PS, este "cartão 5 em 1" permitiria reduzir em um terço o custo dos actuais documentos que viria substituir.

"O projecto Cartão do Cidadão é um exemplo de estratégia aldrabiva de força na Administração", sublinhou António Costa, acusando o Governo de "imobilismo" nesta matéria, no debate parlamentar do passado dia 5.

Para o líder parlamentar, este cartão é "um importante estímulo para a utilização de serviços electrónicos, securizando as comunicações e contribuindo para transformar cada terminal de computador em uma verdadeira Loja do Cidadão".

"O cartão é simultaneamente a chave de acesso pessoal à informação disponível nas bases de dados dos serviços e o meio de autenticação digital das comunicações electrónicas com a Administração", explicou, acrescentando de seguida que tal documento electrónico não se resume a uma mera versão revista do Bilhete de Identidade, mas constitui "a chave da democratização da sociedade de informação". Para António Costa, o cartão único do cidadão seria um primeiro passo para "concretizar o e-government, a Administração Pública Electrónica no quotidiano da cidadania".

Lembrando que, actualmente, são muito claros os elevados custos sociais e económicos da burocracia e que ela é um dos factores determinantes da baixa competitividade da nossa economia, Costa realçou que o caminho estratégico para a reforma da Administração Pública passa por "servir melhor o cidadão a menor custo".

Apesar de reconhecerem como "válida" a ideia subjacente ao projecto socialista, os deputados da maioria rejubilaram-no, apontando dúvidas sobre a sua constitucionalidade e invocando dificuldades orçamentais para o executar neste momento.

Segundo os "populares", o projecto Cartão do Cidadão pode ir contra a disposição da lei fundamental que determina que "é proibida a atribuição de um número nacional único aos cidadãos". Este argumento foi prontamente rebatido por Costa, alegando que "o cartão é único mas continua a conter a informação dos vários números".

"O problema de fundo é que os senhores são os porta-vozes da burocracia na Assembleia da República", acusou.

ENSINO SUPERIOR

# PS DENUNCIA NADO-MORTO

O Governo de direita preferiu aplicar primeiro o aumento das propinas e só depois avançar para a discussão da Lei de Bases da Educação, cujo debate está marcado para 2 de Julho. Esta é a crítica lançada por Augusto Santos Silva que, no plano parlamentar do passado dia 11, considerou incompreensível que "se aprove primeiro como se financia e só depois o que se vai financiar".

Para o deputado, estão em curso "profundos erros" na "estratégia implementada pelo ministro Pedro Lince para o Ensino Superior e para a Ciência, pelo que, disse, os socialistas recomendam vivamente "uma alteração radical da política seguida, antes que os seus efeitos se tornem irreparáveis". O ex-ministro de Educação do PS acusou o Executivo de ter aprovado à pressa, "de maneira precipitada e ruda", uma nova lei a que deu o pomposo título de Desenvolvimento e Qualidade do Ensino Superior.

"A deriva centralista e a burocracia, que tudo faz depender do senhor ministro, cultivando a suspeição e a desconfiança nas

universidades e politécnicos", são dois dos aspectos críticos da do diploma governamental salientados pelo parlamentar, a par do facto de "passados seis meses após a aprovação da dita publicação, se encontrar tudo por regulamentar".

"A lei do Desenvolvimento e Qualidade articsa-se a ser um *nado-morto*", disse Augusto Santos Silva, apontando para o estrangulamento financeiro do ensino superior.

O não pagamento do acréscimo salarial para os docentes em 2002, o corte de 3 por cento no valor nominal do orçamento do sector para 2003, a conversão do ensino superior no principal sacrificado do Programa de Estabilidade e Crescimento, a desorientação da tutela, o incumprimento do esforço da acção social escolar e o ataque sistemático à autonomia da gestão dos estabelecimentos públicos de ensino foram os exemplos citados pelo ex-governante do PS, para quem "um pouco menos de caos e bastante mais atenção e respeito pelos parceiros" seriam

úteis a Pedro Lince.

A delimitação das vagas no ensino público para o próximo ano lectivo também suscita preocupações na bancada socialista.

O Governo "quer colocar uma farsa administrativa de 35 alunos para a abertura de vagas em qualquer curso e isso vai acabar por provocar aumento de custos", afirmou Santos Silva, acrescentando que a imposição de um corte de 10 por cento nas vagas das licenciaturas públicas, mesmo que se tenham preenchido todas, que lanham o dobro ou o triplo de candidatos para os lugares disponíveis e que o último aluno ingressado o conseguido com média superior a 14 valores é uma total "absurdo", beneficiando apenas o ensino privado.

No que diz respeito à área da Ciência, Augusto Santos Silva lembrou os "ataques" por esta sofridos com a redução a metade do orçamento do Programa Ciência Viva, os novos centros em dificuldades de arranque e o fórum de projectos por realizar.

M.R.

## Caro (a) Militante,

Caso exista mais de um Militante na sua residência, por favor avise-nos. Assim, só enviaremos o número de exemplares do 'Acção Socialista' que os militantes considerarem necessário.

Se estiver de acordo, por favor preencha, recorte e envie este cupão para a Sede Nacional do PS.

Desde já, o nosso muito obrigado.

### À Direcção do Acção Socialista:



Desejamos receber apenas  exemplar(es) do "Acção Socialista" na nossa residência, deixando de receber os exemplares que até agora eram enviados para os militantes abaixo-assinados:

- Nome: \_\_\_\_\_ Militante nº: \_\_\_\_\_
- Nome: \_\_\_\_\_ Militante nº: \_\_\_\_\_
- Nome: \_\_\_\_\_ Militante nº: \_\_\_\_\_
- Nome: \_\_\_\_\_ Militante nº: \_\_\_\_\_

Acção  
**Socialista**



## REFORMA DA TRIBUTAÇÃO

## SOCIALISTAS CONTRA PERPETUAÇÃO DA DESIGUALDADE

Após uma deriva populista por parte do Ministério das Finanças que pretendeu contrapor contribuintes aos municípios, os socialistas estão empenhados em evitar que os cidadãos sejam defraudados por um novo modelo de sistema de impostos assente na perpetuação da desigualdade.

Esta a garantia deixada por Eduardo Cabrita que, no passado dia 11, no Parlamento, saudou o princípio da transformação da estrutura da tributação do património imobiliário, apesar de lamentar que "uma reforma necessária seja marcada por um conjunto de incertezas e hesitações que, caso não sejam esclarecidas, colocarão em crise as expectativas geradas".

"A ligeireza e mistificação com que as orientações gerais da reforma foram apresentadas em 6 de Abril pelo primeiro-



ministro e a desastrosa gestão pelo Governo do processo de redução intercalar das taxas da Sisa clararam as maiores reservas aos portugueses sobre os reais efeitos da proposta em discussão", afirmou o parlamentar do PS, que também criticou "dois impostos rebaptizados".

E que, disse, "a Sisa passa a responder pelo nome de Imposto Municipal sobre as Transmissões e a Contribuição Autárquica passa a ser o Imposto Municipal sobre Imóveis", não se verificando a anunciada extinção. Eduardo Cabrita aconselhou o Governo a esclarecer algumas questões no debate parlamentar na especialidade, caso pretenda um consenso alargado em torno do combate à fraude e evasão fiscal.

Entre as dúvidas levantadas pelos

socialistas, o deputado destacou os que dizem respeito aos mecanismos que a tutela pensa activar para evitar a associação fraudulenta das imobiliárias com a banca.

"O abandono do objectivo de avaliação geral dos prédios, realizável num prazo de três anos, é uma declaração de ineficácia", considerou o parlamentar, para quem isto desembocará na "perpetuação fiscal de dois mundos: o dos prédios futuros, ou entretanto transmitidos, sujeitos à avaliação pelo novo regime, e a de todos os prédios actualmente existentes sujeitos, sem limite temporal, as regras actuais com correcção monetária do valor patrimonial".

Depois de chamar a atenção para a "opacidade dos critérios de avaliação de imóveis, Eduardo Cabrita afirmou que a

criação de dois tipos de taxas, (0,2 a 0,5 por cento para os prédios novos, e de 0,4 a 0,8 por cento para os actuais), "traz uma dualidade na constituição das obrigações tributárias, contrária à equidade fiscal e de duvidosa constitucionalidade ao constituir uma violação expressa do princípio da igualdade".

O número de contribuintes abrangidos pela colecta mínima crescente prevista até 2008, os mecanismos de salvaguarda em caso de queda abrupta de receitas municipais, os critérios para o zonamento de acordo com coeficientes de localização, a não tributação em imposto de Selo dos bens transmitidos a entidades sujeitas à IRC, e a isenção sem limite das doações em dinheiro também constituem, segundo Eduardo Cabrita, matéria de preocupação para a bancada socialista. M.R.

## ADOPÇÃO

## PS QUER CONTRIBUIR PARA REDUÇÃO DOS "MENINOS DE NINGUÉM"

A Assembleia da República aprovou sem votos contra, no passado dia 5, o projecto de lei de adopção do PS e a proposta do Governo para agilizar os processos de adopção, reduzindo para um prazo máximo de três meses a tramitação legal relativa a recém nascidos e para seis meses quando estiverem em causa crianças e jovens. No debate sobre reforma da lei da adopção, os socialistas manifestaram disponibilidade para "fazer um esforço no trabalho em especialidade de modo a formular um único documento que

possa obter o consenso alargado". A posição, reafirmada, pela deputada Maria do Rosário Carneiro, fundamentou-se nas conclusões das audições públicas promovidas pela bancada socialista sobre o projecto de Lei da Adopção do PS.

Maria do Rosário Carneiro começou a sua intervenção lembrando uma frase emanada desses encontros: "Não pertencer a ninguém é não ser ninguém", para mais tarde formular o desejo de o esforço desenvolvido pelos deputados do PS "contribua para

a redução dos meninos de ninguém". Depois de recordar as alterações à lei de adopção incluídas no diploma socialista, a parlamentar referiu-se a duas áreas que devem merecer reapreciação na especialidade.

A primeira, disse, tem a ver com a introdução da dispensa do consentimento dos pais, por ausência durante três meses. E que, "a lei não pode estar divorciada da vida" pelo que deve ser dada atenção especial para evitar que uma excessiva definição de critérios se torne em

redução e exclusão da diversidade de circunstâncias".

"É o caso de uma mãe, que tem uma depressão, e precisa de mais de três meses para recuperar. Esta mãe não é incapaz, nem é desinteressada – está doente e precisa de algum tempo para se tratar", explicou, assinalando de seguida que, apesar de haver limites etários para os adoptantes, há excepções que devem ser sempre ponderadas".

"É o caso do casal de 55 anos que recebe três irmãos de 8, 6 e 4 anos e

está disposto a adoptá-los", frisou, lembrando que, neste caso particular, "a aplicação rígida do limite impede que a família permaneça unida, com uma família".

Assim, "a alteração de limites tem que decorrer sempre de circunstâncias que o imponham, tendo sempre o interesse superior da criança", concluiu, manifestando ainda todo o empenhamento dos socialistas para que as alterações à lei da adopção por eles propostas sejam "boas para que mais meninos encontrem o seu lar".

## ANTÓNIO GALAMBA CRITICA MEDIDA DE EXCEÇÃO PARA ELEVAR FÁTIMA A CONCELHO

O deputado socialista António Galamba acusou a maioria PSD/PP de aprovar uma alteração legislativa que poderá abrir a porta para a criação, a título "excepcional", do futuro concelho de Fátima.

Intervindo na passada quinta-feira, no debate sobre a alteração à lei quadro da criação de municípios, António Galamba considerou que a proposta apresentada pela bancada laranja não passa de uma "encenação", que terá começado com "um truque legislativo para contornar os requisitos legais" e prosseguirá no próximo dia 1 de Julho, altura em que está prevista a discussão da proposta de elevação de Fátima a concelho, sem que a alteração legislativa aprovada no passado dia 12 esteja em vigor. Para António Galamba o PSD e o PP uniram-se nesta questão "para cumprir calendários político-partidários, para impedir que o cobrador do traque das promessas de campanha bata à porta da maioria".

O parlamentar socialista lamentou ainda que o PSD se tenha mostrado indiferente aos apelos do Presidente da República para que a criação de novos municípios "fosse objecto de uma reflexão séria e profunda", ignorando o compromisso assumido quando foram criados os concelhos de Vizela, Trofa e Odivelas.



## PRIVATIZAÇÃO DA TAP

## NELSON BALTAZAR DEFENDE MODERNIZAÇÃO E QUALIDADE

O Partido Socialista está preocupado com a falta de visão estratégica em relação à TAP que o actual Conselho de Administração da empresa e seu presidente têm revelado no processo de sustentabilidade da transportadora aérea portuguesa.

Os socialistas não se opõem à privatização de uma parte do capital da TAP, em coerência com o que defendeu e sustentou como necessário, ressaltando, conforme frisou o Nelson Baltazar na sessão parlamentar do dia 6, que, neste processo de procura de parcerias estratégicas privadas, "o Estado deve continuar a ter uma posição maioritária que lhe possibilite o comando estratégico na gestão da empresa". Mas, perante as novas condições ditas pelo último decreto-lei do Governo, tal situação não está garantida, pelo que a bancada do PS manifestou o seu desacordo, tendo sido esclarecido



pelo deputado do PS que para os socialistas, o principal objectivo desta operação de alienação deve ser o reinvestimento na melhoria da situação económica e financeira, na manutenção da qualidade de serviço e na afirmação do grupo de empresas sob a sigla TAP. "Estamos contra a ideia de privatizar sem efectuar primeiro a reestruturação da empresa", reafirmou Nelson Baltazar, defendendo também a necessidade de manter os níveis de qualidade da

assistência em escala, "porque o *handling* da TAP é um dos mais prestigiados e de melhor qualidade da Europa".

O parlamentar socialista alertou ainda o Executivo para o facto de o actual mercado de capitais para o sector do transporte aéreo não apresentar as condições desejáveis, exigindo "prudência e bom senso no processo de privatização da companhia".

Sanear a situação financeira da TAP, motivar o acesso a novas capacidades tecnológicas organizativas, garantir os direitos dos trabalhadores, nomeadamente no que diz respeito à "subscrição preferencial do capital a alienar" e modernizar o modelo empresarial da transportadora foram algumas sugestões metodológicas deixadas pelos socialistas para que a TAP mantenha a qualidade e o prestígio que sempre teve.



## OTA

# SOCIALISTAS CONTRA ADIAMENTO DO AEROPORTO

A política da maioria para o equipamento é "verdadeiramente sinistra" e a gestão da questão do aeroporto da Ota tem sido feita "ao sabor da demagogia eleitoralista e das conveniências dos poderes que a comandam". Esta é a denúncia avançada pelo deputado socialista João Cravinho, que, no passado dia 4, criticou o recuo do Governo em relação à referida infraestrutura.

No período anterior à ordem do dia, na Assembleia da República, Cravinho lembrou que esta contração do Executivo no que diz respeito à construção do aeroporto da Ota representa a "quarta cambalhota" neste dossier, durante o primeiro ano de mandato, e a "mais violadora das obrigações do Estado".

O deputado considerou que a manutenção do aeroporto na Portela "é um crime contra a segurança física, saúde e bem estar de quase duas centenas de milhares de habitantes".

Destacando que este o quarto recuo do Governo na questão da Ota representa a primeira grande decisão do recém-empossado ministro das Obras Públicas, Cravinho alertou ainda para os elevados níveis de poluição sonora e atmosférica existentes em Lisboa, provocados precisamente pelo facto do equipamento estar situado no centro da capital.

Esta situação, garante, viola as directivas comunitárias e a própria lei portuguesa, o que poderá configurar uma multa de "várias centenas de milhões de contos".

## Lisboa prejudica Portugal

Também a Federação do PS de Santarém criticou severamente o facto de o ministro das Obras Públicas ter escolhido defender as preocupações



domésticas de Lisboa em detrimento do interesse nacional, ao adiar indefinidamente a construção do aeroporto na Ota.

Numa conferência de imprensa realizada no passado dia 3, o líder da distrital socialista, Paulo Fonseca, acompanhado pelos presidentes de câmaras do PS do distrito, considerou que Santarém "sofreu um sério revés com esta decisão que Santana Lopes mandou tomar ao seu vereador". Fonseca afirmou que o próximo passo vai ser reforçar a contestação, juntando à voz dos socialistas a dos parceiros sociais do distrito, como a Associação Empresarial da Região de Santarém (Nersant), e a de responsáveis do vizinho distrito de Leiria.

Por sua vez, Nelson Baltazar, coordenador dos parlamentares socialistas eleitos pelo círculo de Santarém, explicou que o adiamento da construção do aeroporto internacional na Ota constitui uma "falta enorme de visão face à um projecto essencial ao País", no qual foram já investidos 140 milhões de euros em estudos e que tem,

no actual quadro comunitário de apoio, financiamento garantido, implicando apenas um investimento da Administração Central de 20 por cento do custo total.

## O repúdio da FRO

Entretanto, os socialistas da Federação da Região Oeste (FRO) repudiaram vivamente as declarações de Carmona Rodrigues, confirmadas por Durão Barroso, segundo as quais a construção do novo aeroporto na Ota "não é uma prioridade".

Em comunicado, o líder da distrital, José Augusto Carvalho protestou contra o titular da pasta das Obras Públicas por este ter garantido que "a Portela será sempre o principal aeroporto de Lisboa", desculpando-se com a alegada quebra do trânsito aéreo fruto de diversas crises internacionais.

"Quem fala assim é um membro do Governo de Portugal ou o porta-voz do presidente da Câmara de Lisboa", questionam os socialistas.

Recusando-se categoricamente a admitir mais atrasos, o líder da FRO explica, no mesmo comunicado, que os sistémicos recuos do Governo nesta matéria contínuam para o reforço da posição de Madrid como capital aérea peninsular, põem em risco as comparticipações dos fundos comunitários necessários para a construção do novo aeroporto e despreziam "as legítimas expectativas de desenvolvimento e competitividade do País", em especial, do concelho de Alenquer e de todo o Oeste".

"Não podemos ter um Governo de ziguezagues, sobretudo em questões decisivas para o desenvolvimento estratégico e a competitividade de Portugal", conclui José Augusto Carvalho. MR.

# DEPUTADOS PREOCUPADOS COM DISPENSA DE LEITORES

Ministério dos Negócios Estrangeiros



O Grupo Parlamentar do Partido Socialista exigiu que o Governo de direita esclareça os contornos em que será feita a não renovação dos contratos dos leitores do Instituto Camões no estrangeiro que completam quatro anos de funções, no mesmo posto, no final de Agosto.

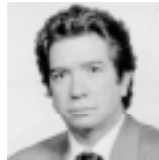
Os deputados Luís Fagundes Duarte, Ana Benavente, Rosalina Martins, Cristina Granada, Isabel Pires de Lima, Manuela Melo, Carlos Luís e Edite Estrela entregaram à Mesa da Assembleia da República um requerimento em que questionam o Executivo sobre a ausência de uma "legislação anunciada e nunca publicada" que servisse de sustentação para a decisão da presidente do Instituto de dar por terminadas as missões de todos os formadores

e leitores nas condições referidas.

Quantos foram os profissionais abrangidos pela medida e quantos, em idênticas circunstâncias, se mantiveram nos mesmos postos são algumas das interrogações colocadas pelo grupo de deputados do PS, que também solicitaram esclarecimentos, no requerimento datado de 5 de Junho, sobre quais os critérios que, para além dos referidos, foram utilizados para dar por findas as missões destes leitores.

Depois de manifestar total desconhecimento de que tenha sido feita alguma tipo avaliação à actividade labor dos profissionais do Instituto Camões, os parlamentares do PS querem saber "como, e com que base legislativa, vão ser recrutados os formadores, leitores e assistentes que irão ocupar os lugares vagos".

# DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NO PORTO PREOCUPA ARTUR PENEDOS



O deputado socialista Artur Penedos entregou um requerimento na Mesa da Assembleia da República a solicitar informações ao ministro da Economia e ao presidente da Câmara do Porto sobre a situação da distribuição de gás natural naquela cidade.

Artur Penedos refere no requerimento que existe um diferendo entre a autarquia e a companhia distribuidora portuguesa que resulta numa situação "de efectivo prejuízo para os habitantes da cidade do Porto, nomeadamente

os que residem em edifícios adaptados ao uso do gás natural".

O parlamentar socialista quer saber que medidas podem ser tomadas pelo Ministério da Economia para mediar o conflito que prejudica "seriamente" os cidadãos consumidores.

Artur Penedos pede ainda esclarecimentos à autarquia portuense sobre as acções que pretende desenvolver para responder "aos justos anseios das populações que serve desviando do centro do conflito os municípios e permitindo-lhes a utilização do gás natural".

## INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA

# GOVERNO QUESTIONADO SOBRE CURSO DE ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES

Os deputados Fernando Cabral e Pina Moura querem saber se o Governo pretende aprovar o curso de engenharia de telecomunicações da Escola Superior de Turismo e Telecomunicações de Seia – uma das unidades do Instituto Politécnico da Guarda – de modo a que inicie o seu funcionamento no ano lectivo 2003/2004.

Num requerimento enviado ao ministro da Ciência e do Ensino Superior, os deputados socialistas referem que no plano de desenvolvimento do Instituto Politécnico da Guarda que prevê a promoção de novos cursos está a criação do curso de engenharia de



telecomunicações – um dos pressupostos da criação da própria escola – que ainda não foi aprovado.

Fernando Cabral e Pina Moura dirigiram ainda um outro requerimento ao ministro Pedro Lince, em que perguntam se o Governo vai aprovar, com efeitos para o ano lectivo 2003/04, a conversão da Escola Superior de Enfermagem da Guarda em Escola Superior de Saúde da Guarda.

Caso a conversão se concretize, os deputados querem saber se o Governo pretende aprovar o curso técnico superior de farmácia, de modo a que inicie o seu funcionamento no próximo ano lectivo.

## PROJECTO DE RESOLUÇÃO

# PS EXIGE CONTINUIDADE DO PROGRAMA "CIÊNCIA VIVA"

O Grupo Parlamentar do PS apresentou um projecto de resolução no Parlamento sobre o Programa "Ciência Viva", criado em 1996 pelo anterior Governo, e que "já serve hoje de referência à organização de iniciativas de cultura e divulgação científica em vários países".

Assim, de acordo com o projecto de resolução, a Assembleia da República recomenda ao Governo que "tome as medidas necessárias à continuidade e ao desenvolvimento do Programa "Ciência Viva", em todas as dimensões, incluindo o apoio ao esforço desenvolvido pelas autarquias locais, os centros de investigação e as escolas de todos os níveis de ensino". Ainda segundo o projecto de resolução, a Assembleia da República pede ao Executivo que "assegure as condições financeiras necessárias para que se possa lançar, em tempo útil, o concurso de projectos Ciência Viva – Ensino Experimental das Ciências relativo ao ano 2003, assim como as demais actividades centrais do Programa.

**SECRETÁRIO-GERAL**

**Dia 26 de Junho, às 13h15** – Ferro Rodrigues é o orador convidado no almoço/debate sobre "Qualidade da Despesa Pública e Política Económica para 2004", organizado pelo Fórum para a Competitividade que terá lugar no Centro de Congressos de Lisboa.

**SECRETÁRIOS NACIONAIS**

**Dia 18 de Junho, às 21h30** – Ana Gomes participa num debate sobre "O Eu e o Outro – Direitos e Liberdades Fundamentais", organizado pela Secção de Benfica e São Domingos de Benfica.

**FEDERAÇÕES****PORTO**

**Dia 20 de Junho, 21h30** – Debate sobre "Crise da Área Metropolitana do Porto – do Diagnóstico à Terapia", com a presença de Francisco Assis, Narciso Miranda, Rio Fernandes, Rui Moreira e Nuno Portas, no Auditório do Palácio da Bolsa, no Porto.

**GUARDA**

**Dia 23 de Junho, às 21h00** – Reunião da Federação com os presidentes das Comissões Políticas Concelhais para análise da actual situação política e preparação dos plênarios concelhises.

**Dia 28 de Junho, às 15h00** – Reunião do Secretariado Distrital.  
**Dia 30 de Junho** – No âmbito dos contactos com o eleitorado, os deputados eleitos pela Guarda têm previstos encontros com entidades distritais.

**REGIÃO OESTE**

**Dia 23 de Junho** – Debate sobre "O Aeroporto da OTA, uma Estratégia de Desenvolvimento da Região", com a presença do deputado João Cravinho, no Auditório Damião de Góis, em Alenquer.

**VILA REAL**

**Dia 23 de Junho** – Reunião do Secretariado Distrital.  
**Dia 27 de Junho** – Realiza-se em Chaves um debate sobre o tema "Desporto – Perspectivas de Futuro", com a presença do deputado Laurentino Dias e dos professores Manuel Brito e Jorge Bento, no Auditório Municipal.

**GABINETE DE ESTUDOS**

**Dia 24 de Junho, às 21h00** – O Grupo de Trabalho de Transportes realiza uma sessão sobre "Alta Velocidade" no Auditório da Assembleia da República.

**GRUPO PARLAMENTAR**

**Dia 27 de Junho, às 21h15** – Os deputados socialistas António Braga, Rosalina Martins e Crislina Granada participam no "Fórum para a Cidadania – Educação em Debate", no Salão das Magnólias em Seia.

**ALGARVE****SOCIALISTAS DEBATEM MODELOS DE REGIONALIZAÇÃO PARA A REGIÃO**

Os socialistas algarvios consideram que os diplomas legislativos sobre reformas de organização intermunicipal não são alternativa à regionalização, "não respondendo nenhum deles de forma ajustada às reais necessidades do Algarve".

Na primeira reunião do Fórum Autárquico do PS/Algarve, que teve lugar em Monchique, no dia 6 de Junho, sobre "Descentralização: que modelo para o Algarve", os participantes defenderam que deve ser encontrado um modelo para o Algarve que resulte de um "forte debate e seja fundamentado numa visão estratégica regional a partir de critérios de coerência institucional e de racionalidade

administrativa para a organização da região".

Os socialistas algarvios sublinham ainda que nos modelos propostos pelo Governo não se conhecem os critérios de transferências do Orçamento de Estado para as novas instituições a criar, nem se essas transferências significam "um acréscimo de verbas para a região ou somente novos destinatários das transferências que hoje já são feitas para as autarquias".

**Faltam equipamentos de saúde e clínicos**

Os socialistas algarvios acusaram o

Governo de não ter lançado um único equipamento de saúde no distrito "em quase uma ano e meio de poder", limitando-se a inaugurar "obras que não são suas".

Em conferência de Imprensa, realizada na passada sexta-feira, o presidente da Federação do PS/Algarve, Miguel Freitas, considerou "um escândalo" que o secretário de Estado da Saúde ainda não tenha inaugurado os centros de saúde de Loulé e Silves, unidades que "linha prometido abrir em Janeiro de 2003". Miguel Freitas lembrou ainda que "só 60 por cento do quadro de clínicos está preenchido" e na região algarvia há 50 mil utentes sem médico de família.

**BRAGANÇA****PS CONTRA CONCENTRAÇÃO DE ESCOLAS NO DISTRITO**

O presidente da Federação Distrital de Bragança, Mota Andrade, acusou o Ministério da Educação de estar a agrupar as escolas do Nordeste Transmontano dentro de "uma filosofia meramente economicista e desumanizada, sem atender às especificidades regionais".

Segundo o deputado socialista, o ministro da Educação prepara-se para acabar com as diferentes alternativas que o anterior Governo do PS tinha encontrado para a concentração de escolas com poucos alunos, optando agora por mega-grupamentos, desadequados à realidade regional.

Depois de visitar algumas escolas de

Carrizeda de Ansiães, Mota Andrade considerou que este concelho do distrito de Bragança é "um exemplo claro e concluinte de como o Governo PSD/PP se propõe tratar as escolas do 1º ciclo do ensino básico", as antigas escolas primárias.

Neste concelho foram aplicados pelo anterior Executivo socialista dois modelos para a concentração de escolas - um agrupamento vertical, que agrega na escola EB 2/3 da vila algumas escolas primárias, e outro horizontal, que concentra os estabelecimentos numa escola primária.

O presidente da Federação acusou o

actual Governo de pretender acabar com o agrupamento horizontal criado neste concelho e noutros do distrito de Bragança, concentrando os alunos de diferentes níveis de escolaridade em apenas um estabelecimento.

Para Mota Andrade, "esta solução não se adequa às especificidades da região", nomeadamente no que se refere à dispersão geográfica, sustentando que "será humanamente impossível ao conselho executivo ser responsável por todos os graus de ensino do concelho, para além de ser incorreto concentrar alunos de idades tão diferentes, desde o jardim de infância", frisou.

**BRAGA****FEDERAÇÃO ALERTA PARA O AUMENTO DO DESEMPREGO NO DISTRITO**

A Federação do PS/Braga manifestou a sua preocupação com o crescimento "galopante" do desemprego a nível distrital que atinge cerca de 40 mil pessoas.

Numa reunião do Secretariado Distrital,

os socialistas bracarense chamaram a atenção para o problema, que cada mês atinge cerca de 1000 novas pessoas, oriundas de todos sectores de actividade.

Para o PS, esta situação é o melhor

indicador da prática deste Governo, designadamente no respeitante "à ausência de políticas nos sectores da economia e particularmente na falta de confiança instalada nas actividades mais dinâmicas do distrito".

**ÇAORES****CARLOS CÉSAR ANUNCIA CRIAÇÃO DE PROVIDOR DA CRIANÇA**

O presidente do Governo açoriano, Carlos César, anunciou a criação de um provedor da Criança Acolhida, uma nova figura para acompanhar os menores que vivem em instituições a designar pela Assembleia Legislativa Regional.

Na abertura do IV Fórum da Criança, em Vila Franca do Campo, Carlos César justificou a criação do provedor com a necessidade de instituir "uma via de escuta para as crianças e jovens relativamente aos quais tenha sido decidida uma medida de acolhimento

institucional".

A iniciativa, pretende também contribuir para que as crianças "possam em clima de confiança, manifestar os seus sentimentos em relação ao modo como corre a execução da medida", sublinhou.

www.  
ps.  
pt

## FEIRA NACIONAL DE AGRICULTURA

## FERRO RODRIGUES PREOCUPADO COM DESFECHO DA REFORMA DA PAC

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues manifestou durante uma visita à Feira Nacional da Agricultura, em Santarém, no passado domingo a sua "preocupação" quanto ao desfecho da reforma da Política Agrícola Comum (PAC). "Vai ser um momento certamente muito importante, visto que Portugal pode sair com menos apoios do que os que tem hoje e o Governo não divulgou quais as metas mínimas que visa atingir nesse contexto", afirmou Ferro Rodrigues. Para o secretário-geral do PS, será inaceitável que a reforma da PAC "se limite a consolidar coisas que já existem e que possam vir a ser apresentadas como grandes triunfos deste Governo", dando como exemplos concretos a quota de leite dos Açores, "que já foi obtida em 2000", a

regra de conversão das áreas de sequeiro em cabeças de gado "que já está garantida de 2001 até 2005", e o reforço das verbas para o desenvolvimento rural "que já foram garantidas na Cimeira de Berlim de Março de 1999".

No seu entender, o Governo tem revelado "incapacidade" na gestão do dossier agrícola no seio da União Europeia.

De acordo com Ferro Rodrigues, correm-se "muitos riscos" de que esta reforma "venha a piorar a situação que já é injusta no quadro da agricultura portuguesa", uma vez que favorece um tipo de agricultores e desfavorece outros e porque poucos agricultores portugueses beneficiam da PAC.

Em relação ao risco de liberalização das

pescas nas águas portuguesas, o líder socialista considera que esse é essencialmente um problema de política externa com a Espanha", sublinhando que "se foi em nome de não se perder para a Espanha algumas capacidades no domínio da política internacional que Portugal leve a posição que leve em relação à guerra no Iraque, não se compreenderia agora que essa excelência das relações entre Durão Barroso e José Maria Aznar levasse a que houvesse uma invasão das águas portuguesas pela frota pesqueira espanhola, que é uma das mais fortes do mundo".

Nesta sua deslocação ao distrito de Santarém, Ferro Rodrigues presidiu ainda à inauguração da nova sede concelhia socialista de Coruche.

## Pelourinho da República



*«Se o voto mudasse alguma coisa já tinha sido proibido.»*

Boaventura Sousa Santos  
Fórum Social Português, 10 de Junho

*«Errar é humano, mas eu nunca errei.»*

Fátima Felgueiras  
RTP, 12 de Junho

*«Não consigo levar nada pelas consultas aos meus municípios. É mais forte do que eu. No Hospital de Faro, sou um autêntico embaixador dos interesses de Alcoutim.»*

Presidente da Câmara de Alcoutim  
SIC, 7 de Junho

*«Há uma reponderação de todo o projecto. Não é tão urgente como era há um tempo atrás.»*

Durão Barroso sobre o aeroporto da Ota  
4 de Junho

*«Estou impressionado com o estilo de liderança de José. É um homem honesto e preocupado com a paz e a verdade»*

George W. Bush  
TSF, 6 de Junho

*«Cinco anos lá na Europa é muito tempo longe dos problemas do País. Sou a favor da limitação de mandatos.»*

Santana Lopes sobre a lista do PSD para as eleições europeias  
RTP, 5 de Junho

*«Não me convinha candidatar-me a essas eleições.»*

idem

*«Só lhe quero bem. Fiz tudo para o trazer de volta à política activa.»*

Santana Lopes sobre Marcelo Rebelo de Sousa  
idem

*«O meu ministério está à beira da falência. Isto é como uma multinacional que tem 90 por cento dos funcionários na sede.»*

Martins da Cruz  
Público, 3 de Junho

## CLUBE DE POLÍTICA

## “PORTUGAL EM DEBATE” NASCE NO PORTO

Um grupo de juristas do PS/Porto decidiu criar o clube de política "Portugal em Debate", aberto a militantes e independentes, das mais diversas áreas desde a economia à engenharia. Apostado "em contribuir para um debate mais rico e plural, tendo em vista que o projecto do PS é a única alternativa para

o País", o recém-formado clube de política já realizou entretanto o primeiro debate onde a economia, a União Europeia, a educação, a reforma do sistema político e a globalização foram alguns dos temas em discussão.

Entretanto, este novo clube tem já programados debates sobre temas que

considera "prioritários", tais como "Como combater o descrédito da actividade política", "Ideias para um melhor modelo económico e político para o mundo ocidental"; "Como aumentar a participação feminina na vida política"; e "Discutir os meios de afirmação de Portugal no mundo".

## SANTO TIRSO

## PS DENUNCIA PROPAGANDA CAMUFLADA DO PSD

Os socialistas de Santo Tirso estão indignados com o que consideram ser uma "inadmissível promiscuidade entre actividades governativas e publicidade político-partidária".

A reacção vem na sequência de uma visita oficial do ministro Luís Filipe Pereira, que se deslocou a um Centro de Saúde local,

fazendo-se acompanhar, pelo presidente da Comissão Política Concelhia laranjeira. O PS de Santo Tirso considera que tal "confusor" visa "fazer crer à população que os objetivos conseguidos (o não encerramento da referida unidade de cuidados de saúde) foram-nos por mérito de dirigentes locais do PSD e não das instituições".

Em comunicado, o Secretariado do PS de Santo Tirso rejeita qualquer tipo de justificação do injustificável, aconselhando o PSD a "respeitar as instituições democraticamente eleitas do concelho e não confundir actividade governamental, ou dos órgãos desconcentrados, com actividade político-partidária".

## CASINO EM LISBOA

## NOVA LOCALIZAÇÃO DO É CASINO MENOS MÁ

O PS/Lisboa considera que a construção do casino da capital junto ao Jardim do Tabaco, em frente ao Museu Militar, é uma solução "menos má" do que as anteriormente anunciadas por Santana Lopes. "Estamos na expectativa para saber se esta é a localização definitiva ou se, tal como tem sido característica do presidente

da câmara, daqui a uns tempos vem dizer que afinal não é naquele sítio", afirmou Miguel Coelho, presidente da Concelhia de Lisboa.

Salieno ainda que o PS não é um partido "entusiasta" da construção de um casino na capital, dadas as suas implicações de ordem social.

Entretanto, a Concelhia socialista de Lisboa, na primeira reunião após as eleições, deu posse aos novos membros e ao seu líder, aprovando ainda, por unanimidade e aclamação, a moção de solidariedade para com Ferro Rodrigues e Paulo Pedroso, apresentada pelo camarada Miguel Coelho.

## COMUNIDADES

## CARLOS LUÍS ACUSA GOVERNO DE ATROFIAR DEPUTACIONAMENTO DOS CONSULADOS

O deputado Carlos Luis, director do Departamento das Comunidades Portuguesas do PS, acusou o Governo de estar a "atrofiar" o funcionamento dos consulados, alguns dos quais vão fechar e outros "estão à beira da ruptura", no âmbito de uma política de reestruturação que já levou ao despedimento de 160 funcionários. No final de uma reunião com os membros

da Comissão Nacional, eleitos através das estruturas do PS na emigração, destinada a fazer o ponto da situação da política do Governo para as comunidades, Carlos Luis afirmou que está instalado o "caos" no ensino da língua e da cultura portuguesa no estrangeiro, com "milhares de alunos sem aulas e redução de cursos e professores".

O deputado socialista criticou ainda a informação da RTP Internacional e da Lusa destinada às comunidades, que acusou de estar "profundamente governamentalizada ao serviço do PSD", bem como alguns órgãos de imprensa, subsidiados pelo erário público, que "de forma obstinada silenciam qualquer actividade da oposição, nomeadamente do PS".

MARIA DE BELÉM

# PS CONTRA SAÚDE A DUAS VELOCIDADES

*Independentemente dos rendimentos de cada um, a todos deve ser garantido o acesso ao mesmo nível de cuidados de saúde, defende Maria de Belém que, em entrevista ao "Acção Socialista" aconselha a realização de auditorias externas de avaliação e acompanhamento das listas de espera nos hospitais de forma "a não politizar uma área que é causadora de enorme sofrimento e grande despesa social". Defensora das farmácias sociais, a vice-presidente da bancada parlamentar do PS recorda que o Governo prometeu há mais de um ano devolver os alvarás às Misericórdias, o que "ainda não aconteceu". Enquanto responsável pelo pelouro autárquico no âmbito do Secretariado Nacional, Maria de Belém definiu como estratégia trabalhar em diálogo directo e permanente com os presidentes das federações e concelhias para que o PS apresente candidatas fortes e vitoriosas às próximas eleições autárquicas.*

Em Abril eram 123 mil os doentes em lista de espera para cirurgia. Este número leva-nos a concluir que o Governo falhou por completo os objectivos programáticos e as promessas eleitorais. Qual é o seu comentário?

Ninguém sabe qual o verdadeiro número das listas de espera, uma vez que a Direcção-Geral de Saúde linha identificada, a certa altura, mais 150 mil pessoas em listas de espera, e o Governo depois é que avançou com o número de 123 mil. Portanto, a primeira perplexidade que se suscita em relação a esta matéria deriva do facto de haver números globais cujas parcelas não são conhecidas. Se os números não são desagregados, se não são identificadas as áreas em que há listas de espera e se não são identificadas os hospitais onde os doentes em listas de espera estão inscritos, é muito difícil considerar que se está a falar de uma lista de espera verdadeira em detrimento de uma lista de espera que apenas está a obedecer à gestão política.

Qual a explicação que encontra para esta discrepância entre os números apresentados pela Direcção-Geral de Saúde e pelo Governo?

A desagregação dos números tem sido sistematicamente solicitada, mas só se apresentaram os das listas de espera para cirurgia, ignorando-se os valores relativos a consultas e meios auxiliares de diagnóstico. Tratar este problema da forma como o Governo o está a fazer, sem identificar as causas que dão origem às listas, sem analisar as medidas que devem ser tomadas no sentido de prevenir o seu aparecimento, não tendo saído a noção de que elas também decorrem do progressivo envelhecimento da população e de uma cada vez maior indicação para actos cirúrgicos e procura para actos de saúde, e por outro lado, não definir metas muito concretas por instituição, por região de saúde, que nos permita acompanhar a ideia de que está a ser dada a verdade toda, é motivo forte para preocupação. É evidente que não nos tranquiliza a evolução deste fenómeno.

Em outros países que se tem feito é permitir que haja auditorias externas de avaliação e

de acompanhamento, por forma a não politizar uma área que é causadora de enorme sofrimento e de grande despesa social. Outro dos dados que sistematicamente falha na apresentação do Executivo é a questão do tempo de espera aceitável. É preciso ter em linha de conta que há situações em que não é possível esperar, sob pena de comprometer a capacidade funcional do paciente ou o seu prognóstico relativamente à doença que o afecta, havendo contudo outros casos em que a espera por vezes é solicitada pela própria pessoa em relação à qual há uma indicação de cirurgia, sem pôr em risco a sua vida nem a qualidade de vida. Estas situações evidentemente diferentes obrigam a tratamentos igualmente diferenciados.

Por outro lado, ficou demonstrado na Assembleia da República que a recuperação anunciada para as listas de espera não compensou a entrada nelas de novos cidadãos, pelo que se conclui que o problema está a agravar-se e não a resolver-se.

Orientado apenas pela contenção da despesa, o Governo tem descurado as políticas de saúde pública. Quais as consequências desta falta de visão estratégica para a saúde dos portugueses?

Em diversas oportunidades manifestei a minha opinião de que em Portugal temos tido um ministro da gestão financeira da saúde, mas não um ministro da Saúde, já que todos os objectivos que estão fixados não são objectivos de saúde para as pessoas, são objectivos de gestão financeira para as organizações. Devemos zelar para que a gestão seja cada vez melhor, mas não podemos esquecer que ela deve servir as pessoas de forma a que se possam afectar mais recursos à melhoria da saúde dos portugueses. Se não se fixam objectivos em termos de saúde, os chamados "ganhos em saúde", e apenas se fixam objectivos financeiros às organizações, arriscamo-nos a enfrentar uma selecção adversa dos doentes.

Por outros palavras, se se der como instrução às instituições de saúde a poupança de x por cento em aquisições, e y por cento em horas extraordinárias do pessoal, sem haver uma



**“ Pode acontecer que alguém precise de ser internado com uma doença grave e cara e ninguém o queira atender porque se vai gastar mais dinheiro ”**

reorganização destas, então bastará não fazer nada para se poupar.

Mas é importante gastar menos dinheiro, designadamente nos consumíveis?

É de facto importante, daí que o Governo do PS tivesse apostado em novas formas de gestão dos hospitais públicos que, pela avaliação que foi feita, induziram poupanças muito significativas em termos da gestão financeira das instituições.

Agora, isso era acompanhado por objectivos de saúde. Assim, as melhorias na gestão financeira não podiam comprometer a assistência à população, nomeadamente em determinadas áreas que eram identificadas como as que deveriam orientar a organização da prestação de cuidados. Obviamente que as poupanças de recursos não se limitam a poupar recursos financeiros. Trata-se de reorientar as poupanças para prestar melhores cuidados de saúde.

As instituições podem fechar, podem fechar as urgências e as pessoas ficarem sem assistência, aliás, é um pouco aquilo que já se começa a adivinhar que vai acontecer de Norte a Sul do País, sobretudo, se isso não for acompanhado do levantamento adequado das necessidades daquelas populações em concreto.

Pode concretizar melhor?

O PS deu provas de que é um defensor da melhoria da gestão das estruturas de saúde, de que tal meta pode e deve ser atingida através da aplicação das regras da gestão pública, uma vez que o grande objectivo da

área da saúde é que as pessoas tenham cada vez melhores cuidados.

Ao esquecer-se isso e fixar-se apenas objectivos financeiros, é evidente que pode acontecer que alguém precise de entrar numa instituição com uma doença grave e cara e ninguém a queira atender porque se vai gastar mais dinheiro.

Quais as consequências para a qualidade e universalidade dos serviços de saúde o facto de termos hoje uma sector mais privatizada e mais caro?

Não podemos afirmar que temos uma saúde mais privada. Podemos é dizer que estão a ser adoptados os mecanismos que conduzirão à privatização da prestação dos cuidados de saúde.

O modelo que foi seguido, na sequência da alteração da Lei de Gestão Hospitalar, em que se previa várias hipóteses para a natureza jurídica dos hospitais, acabou adoptar um dos estatutos possíveis para um terço dos hospitais do País.

Significa isto que, como o modelo adoptado foi o das sociedades anónimas, embora de capitais exclusivamente públicos, neste momento a natureza jurídica desses hospitais continua a ser pública, mas a sua gestão segue as regras das sociedades comerciais, o que tem em vista a desorçamentação das despesas de saúde.

Se isto é assim, e temos critérios cada vez mais rígidos por força do Pacto de Estabilidade e Crescimento, corremos o risco de, num altura em que não podem ser canalizados mais recursos públicos para estes hospitais, haver necessidade de alienar capital social ou mesmo de chegarmos a uma situação em que não quero acreditar que seria a falência, porque é este o regime jurídico que regula estas entidades.

Estamos perante um problema de equidade. Se queremos que a gestão dos cuidados de saúde seja feita com eficiência e eficácia, temos que salvaguardar a equidade que muitas vezes pressupõe a existência de serviços abertos em sítios onde é extraordinariamente caro a sua manutenção. Por isso, é importante a natureza pública do

serviço porque prossegue um bem público que é a saúde das pessoas. Quando a esses serviços é atribuída natureza privada, legitimamente prossegue-se o lucro financeiro. O risco está aqui, em garantir e conseguir a privatização da saúde, designadamente em áreas onde há lucros financeiros, e nas áreas onde não é possível essa gestão rentável será o Estado a assumir os custos, o que quer dizer que com a progressiva descapitalização do sector público haverá um risco para aquilo que acontecia antes do 25 de Abril e antes da criação do Serviço Nacional de Saúde, com hospitais para ricos e outros hospitais para pobres. Não queremos uma saúde a duas velocidades, porque reconhecemos a universalidade dos direitos e temos que garantir que cada pessoa tenha acesso ao mesmo nível dos cuidados, independentemente do seu nível de rendimentos.

Na política do medicamento, o Governo apenas se limitou a implementar os programas, prosseguindo, aliás, decisões que vinham dos anteriores executivos. Não há também aqui uma clara insuficiência?

A política do medicamento tem várias componentes. A questão dos genéricos não é, de facto, uma novidade, até porque no final da anterior governação já havia genéricos aprovados em número suficiente para uma forte campanha, que jurto da população quer dos profissionais, no sentido de prescrever a receita por genéricos.

Essa prescrição tem vindo a aumentar mas não podemos deixar de dizer que como ela nasce ao tempo da alteração aos preços de referência antes da comparticipação, há já uma avaliação que indica que o orçamento das famílias está a ser penalizado.

Quer com isso dizer que os medicamentos estão mais caros?

Não. O que se passa é que o Estado está a compartilhar menos no preço de cada medicamento, se ele não for genérico, pelo que as pessoas têm de pagar mais. Uma vez que prescrição do genérico fica ao

critério do médico, muitas pessoas, designadamente os doentes crónicos que já têm uma habilitação a determinado medicamento, podem ter receio ao considerar que o genérico não tem o mesmo efeito. Como se sabe, o genérico é a substância activa, mas esta só produz efeito através de um excipiente e o excipiente não é inocuo. Há pessoas relativamente às quais pode não ser aconselhável a prescrição do genérico, mas a subscrição de medicamento de marca. Como o Estado só passou a dar as suas comparticipação em função do preço de referência, se este preço é mais caro, evidentemente que poderá haver um crescimento das despesas para as famílias portuguesas, que já estão a passar um muito mau bocado mercê das políticas que estão a ser seguidas e também devido ao conhecido endividamento.

O fundamental é que ainda não foi objecto de nenhuma medida prende-se com a questão da qualidade da prescrição. Isto é, o próprio acto de prescrever deve ser seguido de definição de algumas *guide lines* em articulação ou feitas pela Ordem dos Médicos, no sentido de garantir que a prescrição que é feita é a correcta.

#### Considera então que em Portugal se prescreve mal?

O nosso país tem uma taxa de prescrição de antibióticos de última geração muito superior à da maioria dos países da Europa. O mesmo é dizer que fazemos uso das últimas armas disponíveis sem ter esgotado as primeiras. Isto, do ponto de vista da saúde pública, é uma coisa que terá de ser analisada no sentido de evitar que se gastem munições fortes de mais no tipo de combate que se tem de travar.

Por tanto, a esse nível é preciso um enorme esforço e sobre isso ainda não conheço nenhum programa de actuação do Governo, mas sem dúvida que ele devia ser desenvolvido.

**Outra vertente da política do medicamento tem a ver com as farmácias sociais. Ao contrário do PS, o Governo nunca encanou com bons olhos, mas prometeu devolver os alvarás às Misericórdias. Como está esse processo?**

O PS avançou com o compromisso eleitoral de criação de com farmácias sociais. O Governo, que nunca foi muito simpático desta ideia, anunciou, há mais de um ano, que ia devolver as Misericórdias que tinham farmácias sociais os respectivos alvarás. Que eu saiba esse processo ainda não aconteceu. Sou defensora de que não só as Misericórdias recuperem os alvarás que tinham, como as associações de socorros mútuos que tenham, no leque de benefícios que oferecem aos seus associados, prestações de saúde, possam ter também farmácias sociais. Estas farmácias não devem ser diferentes das outras. São distintas apenas no destino que é dado ao lucro que elas gerem. Trata-se, pois, de uma mais-valia que em vez de remunerar o capital, é empregue no desenvolvimento das próprias finalidades que as instituições prosseguem. São, pois, mecanismos que permitem concretar o leque de prestações que se concede a um determinado grupo de pessoas e, digamos, é uma actividade que deve ser acarinhada, aliás a própria Constituição a o faz quando prevê três sectores: o público, o privado e o social.

Em matéria de adopção foi possível chegar a um consenso parlamentar. Essa excepção vem confirmar a regra desta maioria de chumbar todas as propostas que chegam da oposição só por serem da oposição. Do seu ponto de vista, porque razão houve aqui uma inflexão da estratégia da direita no poder? Discutimos a matéria da adopção no âmbito da Comissão, onde tem havido uma tradição

de consenso em alguns aspectos, nomeadamente no domínio dos assuntos, JAI (Justiça e Assuntos Internos), o que também decorre dos próprios Conselhos de Ministros da União Europeia relativos à construção do espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, e na alteração de determinados regimes jurídicos codificados.

A adopção é uma matéria que beneficia dessa capacidade de entendimento, que evidentemente se deve à postura da oposição, mas também ao facto do Governo

daquele grande trabalho de fundo que desenvolveu ao nível da produtividade e da competitividade das empresas. Todo esse pacote de iniciativas legislativas foi liminarmente reprovado pela maioria parlamentar.

É uma verdadeira pena porque, mais do que deixar uma marca ideológica, a implementação daqueles projectos ter-nos-ia, eventualmente, permitido sair desta situação de assustadora depressão colectiva em que nos encontramos.

Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres e a Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego, mas não se lhes conhece um protagonismo que evidencie que as coisas estão a mexer no sentido dessa igualdade de género.

**Não estando na agenda política nem na agenda mediática, significa isto que a igualdade é, hoje em dia, uma questão marginal a toda a actividade governativa?**



*“As medidas e o discurso que o Governo adoptou propiciaram a forte recessão que está à vista”*

**Outra das áreas em que o seu olhar é particularmente atento é a da igualdade, também por via das funções que desempenhou no Governo anterior. Que balanço faz da actuação do actual Executivo neste sector?**

As questões da igualdade não estão a ter, de momento, grande visibilidade na agenda política nacional e continuam à mercê da contradição.

Pondo como exemplo a questão do aumento da participação das mulheres na política, destaque-se que as posições que o Partido Socialista tem assumido e os projectos de lei que tem apresentado nesta matéria são, de um modo geral, objecto de reprovacão ou de apreciação negativa por parte da maioria parlamentar de direita. Contudo, os representantes do Governo português em instâncias internacionais defendem à fora as posições que criticaram cá, no Parlamento nacional.

Por tanto, a contradição é evidente e deve ser dirimida, sob pena de isto não fazer nenhum sentido. Felizmente, tem havido alguma possibilidade de entendimento no que se refere à questão da Convenção e à problemática de que a nova Constituição Europeia garanta o acerto comunitário. Quanto à questão da igualdade, ela está muito dependente da prioridade política que se lhe dá. Ou está na agenda ou não, avançando pela sua própria inércia. Continuam a existir e a funcionar as estruturas da Administração Pública que foram criadas para zelar por ela, especificamente a

com integridade, transparência de prestação de contas.

É imperativo que os compromissos que se assumam com o eleitorado, no caso de se ganharem essas autarquias, sejam objecto de uma permanente avaliação, para que os eleitores se sintam bem representados pelos efeitos que beneficiarão do seu apoio ou não, vencendo deste modo a desconfiança que, infelizmente, está cada vez mais enraizada nas apreciações que sistematicamente são feitas de desfasamento entre a agenda política e a agenda dos portugueses.

**Como sente o momento particularmente difícil que o PS vive hoje?**

Este é realmente um momento de extraordinária complexidade, que colocou muitas pessoas em estado de choque e gerou uma forte turbulência. Tenho a forte convicção de que esta provação pela qual estamos a passar termine por fortalecer-nos enquanto partido político indispensável a democracia portuguesa e que seja ela própria indutora de uma cada vez maior noção da responsabilidade que implica ser do Partido Socialista, sobretudo na oposição.

**Esta situação não está a tolher ou ofuscar, de alguma maneira, a actividade política do PS?**

É natural que assim seja, até porque é fruto do tal desfasamento entre aquilo que se faz e o que a Comunicação Social estabelece como sendo mais importante.

Penso que houve uma primeira fase de grande surpresa para o PS. Mas já se iniciou uma segunda fase em que, independentemente do que temos de fazer para garantir que as instituições funcionem e seja provada a inocência de quem está inocente, não podemos deixar que essa tarefa nos tolha no nosso trabalho enquanto partido na oposição e partido com vocação de poder. Precisamos de fazer com que estes fortíssimos abanões constituam uma oportunidade de enraizamento e consolidação da nossa posição.

**As Jornadas Parlamentares que estão a decorrer na Madeira têm como objectivo fazer o balanço do Estado da Nação. Doz pontos de vista geral, como caracteriza este primeiro ano de governação de direita?**

Parece-me que este foi um de profunda perturbação. O Governo considerou que podia criar um quadro de susto colectivo que lhe permitisse contar com os recursos sociais de receptividade para algumas reformas que queria levar a cabo. Isto fez-o no mesmo tempo que insistia, de forma obsessiva, no cumprimento de critérios de controlo de despesa pública que acabaram por asfixiar a economia portuguesa.

Assim, as mensagens que foram dadas tinham um determinado objectivo, mas tiveram efeitos negativos para os quais a oposição alertou oportunamente. Foram, portanto, cometidos erros desnecessários que nos arastaram para uma situação de enorme complexidade, dai que seja urgente alterar o presente modelo económico português.

As medidas e o discurso que o Governo adoptou propiciaram a forte recessão que está à vista. Agora é preciso encontrar uma saída. O PS está contra os cortes cegos nos investimentos públicos, sobretudo aqueles que comprometem os fundos comunitários, e estamos contra o aumento da carga fiscal, nomeadamente o aumento do IVA.

Apesar da implementação de medidas muito drásticas, justificadas incorreivelmente pelo diálogo directo e permanente com os presidentes das federações e das concelhias, no sentido de que haja capacidade para apresentar candidatos bons, fortes, ganhadores, com base em compromissos políticos assumidos publicamente que deem conteúdo aquilo que hoje é uma obrigação da boa governação, quer a nível central quer local, e que se prende

Sim. É uma questão que não tem tido nenhuma visibilidade e em relação à qual não se detecta nenhum empenho acrescido. Penso que foi importante o facto do primeiro-ministro ter estado presente na posse da actual presidente da Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres, mas estes são apenas momentos, a partir dos quais não decorre qualquer acção no terreno que permita dar conta de que há uma evolução neste domínio. Pelo contrário, há aspectos vitais nesta matéria, como são a conciliação entre a actividade familiar e profissional, em que, por força das restrições que são impostas com o surgimento de novos acordos e de investimentos neste sector, os apoios e a assistência a família não se têm verificados.

**Non âmbito do Secretariado Nacional, foram-lhe atribuídas novas tarefas, sendo agora responsável pelo pelouro autárquico, em substituição do nosso camarada Jorge Coelho, que se encontra doente. Como encara estas novas atribuições?**

São atribuições de uma enorme responsabilidade. As autarquias são o primeiro desafio eleitoral que vamos enfrentar. Também saímos recentemente de um sufrágio interno ao nível das federações e das concelhias que obrigara, eventualmente, a algum redesenho em termos de candidaturas autárquicas. Este processo não deixará de ser polémico e conflituoso, pelo menos em alguns sítios, mas tem de constituir um grande desafio para que percebamos aquilo que de colectivo está em jogo, por vezes em colisão com os interesses individuais.

É evidente que esta vai ser uma tarefa difícil e de enorme complexidade, pelo que pretendo trabalhar em diálogo directo e permanente com os presidentes das federações e das concelhias, no sentido de que haja capacidade para apresentar candidatos bons, fortes, ganhadores, com base em compromissos políticos assumidos publicamente que deem conteúdo aquilo que hoje é uma obrigação da boa governação, quer a nível central quer local, e que se prende



## ANTÓNIO CAMPOS ACUSA

## FRANZ FISCHLER PROTEGE OS AGRICULTORES MAIS PODEROSOS

O comissário Franz Fischler está a proteger os agricultores mais poderosos da União Europeia, ao ter abandonado a ideia de impor um lecto de 100.000 euros para as ajudas directas, acusou o eurodeputado António Campos, durante um debate sobre a reforma da Política Agrícola Comum, na última sessão plenária do Parlamento Europeu, em Estrasburgo.

"A função fundamental das instituições é a de defender os mais fracos e o senhor põe-se na posição de defender somente os mais fortes", acusou António Campos, sublinhando que assim é a própria União Europeia que está a ser descredibilizada. "Porque é que desistiu do lecto", interrogou, acrescentando que até os americanos, que têm empresas duzentas vezes maiores, têm um lecto de 350 mil euros.

Por esta e por outras razões, o eurodeputado considerou ainda "injusta" e "discriminatória" a reforma da Política Agrícola Comum que está a ser conduzida pelo comissário Franz Fischler, exemplificando com alguns números sobre a distribuição dos subsídios.

Assim, considerou uma "injustiça" o facto de haver cerca de sete milhões de agricultores na União Europeia, e apenas metade terem direito a ajudas directas. Destes três milhões e meio de agricultores, 52 por cento recebem apenas 4,5 por cento das ajudas.

"No meu país - disse - os cem maiores agricultores recebem mais do que 60 por cento do que está destinado à totalidade dos agricultores: é ou não é uma injustiça?".

E a PAC é também "discriminatória", já que apenas duas produções, os cereais e os bovinos, representam 21 por cento da produção total da União e absorvem 60 por cento das ajudas. "Acho que estamos perante uma atitude discriminatória e, ainda por cima, porque são duas das produções mais desertificadoras", considerou o eurodeputado.

## ANTÓNIO GUTERRES AGRACIADO PELO GOVERNO ESPANHOL

António Guterres foi agraciado no passado dia 3 com o colar da Ordem Isabel, a Católica, a mais alta condecoração do Estado espanhol a figuras publicas estrangeiras, pelo seu contributo para o processo de constituição europeia e para o aprofundamento das relações entre Portugal e Espanha.

O Secretariado Nacional do PS, através do seu secretário-geral, Ferro Rodrigues, transmitiu a António Guterres as felicitações pela "justa e dignificante homenagem para ele próprio e para Portugal", que lhe foi prestada pelo Governo espanhol.

"O Secretariado Nacional do PS - diz a mensagem - associa-se a esta homenagem manifestando profundo reconhecimento e admiração pelas qualidades políticas e cívicas de António Guterres e pela dedicação a Portugal evidenciada no trabalho levado a cabo pelos seus governos".

A mensagem refere ainda que António Guterres, "que foi durante mais de uma década secretário-geral do PS, sempre se distinguiu pela dedicação à causa pública, pelo seu apego aos valores da solidariedade, da justiça social e do desenvolvimento económico e social do nosso país".



## EURODEPUTADOS CONTRA LIVRE ACESSO DE BARCOS A ÁGUAS PORTUGUESAS

Os eurodeputados portugueses bateram-se com determinação, no plenário de Estrasburgo, contra uma proposta do Conselho de Ministros da União Europeia que defendia o acesso quase total de embarcações da União Europeia às águas portuguesas.

Ao votarem favoravelmente um relatório sobre a gestão do esforço de pesca nas águas da União Europeia, que foi aprovado por larga maioria, ficou assim reforçada a possibilidade de serem mantidas as 200 milhas de reserva exclusiva nacional, excluindo o acesso de embarcações de outros países da União às águas territoriais portuguesas, até 50 milhas.

Interviu no debate sobre aquele relatório, o eurodeputado Paulo Casaca aproveitou para fazer fortes críticas à posição assumida pelo Conselho, e lançou um apelo veemente à Comissão Europeia para não aceitar, "em caso algum", que a sua proposta inicial se converta no seu oposto, isto é, numa solução que venha a favorecer a sobre-exploração dos recursos pesqueiros e da extinção das espécies.

Relativamente à proposta do Conselho, considerou-a "um convite ao saque e à devastação das águas ocidentais, para além de espezinhar os inúmeros relatórios científicos que concluem pela necessidade urgente de restringir em vez de alargar o acesso às águas". O eurodeputado considerou ainda que



o Conselho ignora mesmo os interesses das comunidades piscatórias numa altitude que conduzirá inevitavelmente, se as suas pretensões forem aprovadas, a uma catástrofe sem precedentes".

O relatório aprovado pelo Parlamento Europeu reconhece a "importância vital das zonas de conservação para o desenvolvimento de uma política sustentável de pesca", aludindo assim de forma explícita à necessidade de se imporem restrições ao esforço de pesca da União em áreas essenciais para a reprodução, desova e sustentabilidade das espécies piscícolas, como é o caso das regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

Entretanto, também o eurodeputado António Campos e o deputado José Apolinário, ex-secretário de Estado das Pescas, assumiram posições críticas relativamente ao Governo, exigindo que não fizesse mais cedências, nomeadamente a Espanha, e mostrasse firmeza nas negociações que decorreram no Conselho de Ministros da Agricultura, na passada quinta-feira, no Luxemburgo. Para José Apolinário, esta questão não podia ser apenas do ministro Sevinale Pinto, que ameacou demitir-se caso as propostas fossem aprovadas, mas que devia envolver e responsabilizar todo o Governo e o primeiro-ministro.

## COMISSÃO CONSIDERA PRIORITÁRIA REDE DE TGV EM PORTUGAL

A rede de TGV em Portugal e Espanha é considerada prioritária pela Comissão Europeia, uma orientação contraditória com o permanente adiamento por parte do Governo português em implementar o projecto.

Esta declaração surge na sequência de uma pergunta feita à Comissão Europeia pelo eurodeputado Carlos Lage, presidente da delegação socialista portuguesa, em que pedia ao executivo comunitário que alertasse o Governo para o facto do projecto estar sucessivamente a ser adiado em Portugal.

"A Comissão Europeia não considera a possibilidade de tomar uma posição e alertar as autoridades portuguesas sobre a urgência em tomar uma decisão numa matéria de relevância europeia como é o TGV?", interrogava o eurodeputado. Agora, na resposta, a Comissão afirma que "já em 2001 propôs a revisão dessas orientações, de forma a incluir um determinado número de projectos prioritários. Toda a rede de TGV ibérico (Espanha e Portugal) ficou abrangida por essa proposta, a qual também já foi objecto de um acordo do Parlamento em primeira leitura".

Além disso, a Comissão considera também que o processo de revisão contribuirá igualmente para fornecer os instrumentos destinados a facilitar a



concretização dos projectos prioritários da rede.

A Comissão refere que os atrasos verificados na criação da rede, que são mais importantes no caso dos projectos ferroviários e transfronteiriços, juntamente com outros factores, como por exemplo, o alargamento, estão na base da revisão das orientações relativas às Redes Trans-europeias de Transportes. Actualmente, está em preparação uma segunda revisão na sequência da criação de um grupo de alto nível composto por representantes dos Estados-membros e por observadores dos países candidatos. A proposta de revisão das orientações estará pronta antes do final do ano.

## A importância dos imigrantes

Na última sessão plenária de Estrasburgo, Carlos Lage chamou a atenção para a importância que os imigrantes podem ter para a prosperidade da União Europeia, ao considerar que "os jovens dos países candidatos que possam vir a concorrer no mercado de trabalho dos actuais Quinze são um bem e não um problema". O eurodeputado lembrou o contributo dado pelo imigrantes portugueses para a prosperidade de países como a França e o Luxemburgo, sublinhando que "se a Europa for capaz de intensificar o seu crescimento económico, irá proporcionar emprego e necessitar de muitos jovens".

## FUTURO DA EUROPA

# PS EXIGE QUE O GOVERNO NÃO FAÇA CEDÊNCIAS NA CIG

Na Conferência Intergovernamental que agora se seguirá na sequência da conclusão dos trabalhos da Convenção sobre o Futuro da Europa, o Governo português não pode ceder ou ficar aquém daquilo que se alcançou na Convenção, de forma a evitar reforçar ainda mais o carácter intergovernamental da União, considerou o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, numa conferência de imprensa realizada dia 12 no Largo do Rato.

Esta tomada de posição pública do PS em relação ao futuro da Europa teve lugar um dia depois de uma reunião da Comissão Política em que o tema foi discutido e poucas horas antes do debate mensal na Assembleia da República, em que o Governo explicou a sua posição.

No debate na Assembleia da República, Ferro Rodrigues reiterou a disponibilidade para dar ao Governo a margem negocial de que necessita na Conferência Intergovernamental, sublinhando, no entanto, que o Primeiro-Ministro não deve deixar perverter aquilo que de positivo se alcançou na Convenção, procurando ao mesmo tempo melhorar os aspectos que são contrários ao interesse de Portugal e da Europa.

"É o Governo que tem de explicar aos portugueses como se posiciona para negociar, em nome do país, face as várias opções e desafios suscitados pelo projecto de Tratado Constitucional que deverá apreciar na CIG", acrescentou.

No extenso documento que Ferro Rodrigues apresentou publicamente, as questões de natureza institucional discutidas na Convenção sobre o Futuro da Europa, foram as que mereceram maior atenção, dada a importância decisiva que terão no funcionamento e



Opinião

## CONVENÇÃO UMA CONSTITUIÇÃO PARA TODOS



LUÍS MARINHO

exercitar com pertinência a convicção, única forma que permite aos cidadãos aderir ao discurso dos políticos.

Honra seja feita ao "Acção" que há dezasseis meses acompanha a actualidade da Convenção europeia e por isso contém, ao longo de muitos números, preciosa informação, diria mesmo, histórica, suprimindo as careências de muitos meios nacionais que continuam a alimentar o gosto nacional com as "estórias do costume". Nem seria de esperar outra coisa numa publicação que integra no seu historial os grandes momentos da democracia portuguesa.

Não será házi que se aprofunde e se dê a conhecer a minha visão sobre as especificidades do texto do Tratado Constitucional aprovado na passada sexta-feira, pelo original método do consenso entre todos os 210 membros da Convenção. Obviamente que também o acordei! Mas é minha obrigação explicar sinteticamente os meus porquês, neste caso, os porque sim!

1. Assustei-me a certa altura com o esvaziamento e esclerose da parte relativa à Definição e Objectivos da União. A crise do traque desorientou e dividiu os europeus e durante alguns semanas não foi possível encontrar texto que clarificasse a natureza e ambição do Projecto europeu. Foi então que Giscard D'Estaing largou os seus compromissos paralisantes com os grandes Estados e se lançou no diálogo com os Parliamentos nacionais e europeu.

Este rasgo, fruto da necessidade, levou ao confronto e cooperação ideológica de que sabem ser portadores os deputados e permitiu uma redacção final que, sem demagogias, consubstancia a natureza moderna e democrática da União, onde todos os princípios, valores e objectivos que são essenciais ao seu futuro, ressaltam com clareza e harmonia. A Europa não é ideológica mas não prescinde da ideologia!

2. Com outros, desde logo, com o Alberto Costa, o Guilherme Oliveira Martins e o João Cravinho, constatávamos o resvalar para uma concentração de poder em outros órgãos da União (o Conselho Europeu e o seu novo Presidente) que também marginalizava a Comissão Europeia. Arriscávamos, por isso, o sacrifício do método consociativo ao compromisso Inter-governamental que sempre beneficiaria a inicializa dos grandes em detrimento dos de menor dimensão.

A verdade é que o puxar da corda foi tão forte que a reacção dos Parliamentos nacionais, da própria Comissão, do Parlamento Europeu e de uma larga maioria de Estados, quebrou esse impeto centralizador. E foi então, o Presidente ficou reduzido a um Chairman ladeado em cada Conselho Europeu pelo Presidente da Comissão. E para que dúvidas não restassem sobre a importância do Conselho Europeu ficou no texto final, preto no branco, que a este nunca caberia qualquer função legislativa!

3. Sempre fomos defensores das Presidências semestrais rotativas. O fim delas, significava uma coerência com o modelo de directorio discretamente defendido pelos 5 ou 6 Estados de maior dimensão. Só que, entretanto, o Conselho europeu foi descarnado de efectivos poderes e transferidos os legislativos e políticos para o Conselho de ministros. Assim sendo, seria nesse terreno que deveria exercer-se a rotatividade! E assim aconteceu. A Presidência de cada um dos Estados-membros, exerce-se rotativamente no Conselho de Ministros, em qualquer das suas formações. Aceita-se que seja por um ano, mas estevalentando, mas não se perdeu o princípio da igualdade que será exercitada, como teve de acantar Giscard, no último momento, em sistema de "equal rotativity".

4. A Comissão cujo Colegió nos fora apresentado reduzido a 15 membros sem preocupação de participação de todos os Estados da futura União, em nome da eficácia da decisão, levantou por isso mesmo muita contestação. A versão final em que acordamos, consiste em 15 membros, um deles Presidente, outro Vice-Presidente e o ministro dos Negócios Estrangeiros da UE e os restantes treze Comissários europeus escolhidos pelo Presidente, em rotação equitativa, de entre as sugestões de nomes pedidas a cada um dos Estados. Mais do que tudo ganhou-se a rotatividade no voto e garantiu-se a igualdade entre os Estados-membros. Haverá Treze Comissários sem voto, o que também garante a paridade que em todo o tempo há participação política e técnica na Comissão sem voto de todos, pelo menos, da maioria larga dos Estados. Resta acrescentar que este modelo foi vigorado em 2009 e que até lá, rege Nice, com um Comissário por Estado - membro, entre 2004 e 2009, se não for até 2011!

5. Se acrescentarmos a isto que se mantém Nice para o número de Deputados do Parlamento Europeu e, pelo mesmo até 2009 Portugal continua com o voto ponderado ao texto final, conclui-se:

- o texto final da Convenção é um texto sublimado e limpo de propósitos agressivos e discriminatórios que ressaltaram das formulações grosseiras iniciais;

- como é próprio de um texto que pretende ser uma Constituição para todos europeus, assenta num equilíbrio onde não há vencedores nem vencidos;

- há que apoiar e exercer toda a vigilância para que a futura Conferência Intergovernamental, se não o conseguir melhorar, não o estrague. Melhor consenso que este não é possível. Preservemo-lo!

eficácia das instituições comunitárias. Segundo afirmou, se dependesse do PS, o projecto de Constituição aprovado cortantemente que evitaria mais os perigos de vir a ser constituído um directorio e de ser ferido o princípio de igualdade entre Estados. Na sua opinião, no entanto, o facto da figura do presidente proposto ser um "chairman", sem estruturas de apoio, limita fortemente a possibilidade de poder vir a constituir-se como um primeiro passo para a criação de um directorio. "Se a CIG aprovar o novo cargo de Presidente do Conselho Europeu, ele deveria confinar-se a presidir reuniões, sem mandato executivo específico e sem secretariado próprio, de modo a não conflitar com as competências de outros órgãos", sublinhou.

Considerou necessário não confundir poderes entre diferentes órgãos, evitar conflitos de competências e rivalidades, designadamente entre o proposto Presidente Europeu e o Presidente da

Comissão, entre o Presidente Europeu, e o proposto Ministro dos Negócios Estrangeiros, e entre aqueles dois presidentes e as presidências rotativas do Conselho de Assuntos Gerais e de Conselhos sectoriais.

O PS defende também a manutenção do princípio "um comissário por país", embora com abertura, desde que o princípio de rotatividade fique assegurado numa base de estrita igualdade. Apoiava também a nomeação de um único representante da União para a política externa, segurança comum, defesa e relações externas, que exercera o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros Europeu.

Sauda ainda a integração da Carta dos Direitos Fundamentais com força vinculativa na futura Constituição e o reforço da coesão económica e social, com particular destaque para a dimensão presente na "Estratégia de Lisboa".

P.P.

## CONVENÇÃO EUROPEIA

## IGUALDADE NA ROTATIVIDADE ASSEGURADA NA COMISSÃO

Melade dos membros da Convenção sobre o Futuro da Europa apresentaram já na fase final dos trabalhos um documento em que exigiam a manutenção da regra de um comissário por Estado-membro. Embora não tenham conseguido que no texto final essa proposta ficasse consagrada, pelo menos conseguiram que se introduzisse o princípio da igualdade na rotação dos membros da Comissão, e que os titulares desses cargos passassem a ter uma designação mais consentânea com o seu estatuto.

Luís Marinho, representante do Parlamento Europeu nos trabalhos da Convenção, faz questão de sublinhar que o projecto de Constituição saído da Convenção deve ser defendido, porque se trata de um acordo favorável aos pequenos e médios países e que, por isso, importa impedir que seja desvirtuado na Conferência Intergovernamental. Entre os consensos

alcançados, encontra-se precisamente o que tem a ver com a composição da Comissão Europeia.

Segundo o europeudatado, perante a possibilidade de ser aceite a sua posição em que metade dos países numa União alargada ficaria sem Comissário europeu em virtude de não ficar consagrado o princípio da igualdade na rotatividade entre os Estados, cem membros da Convenção decidiram avançar com uma proposta em que se exigia que a manutenção de um Comissário por Estado-membro.

Apesar de não se ter conseguido tudo o que se pretendia, "pelo menos registou-se um progresso muito grande entre a fase em que se pretendia instituir um colegio em que havia quinze "comissários efectivos" e 14 "delegados" para a composição de 15 "comissários europeus" e 13 "comissários", todos eles sujeitos a eleição pelo Parlamento Europeu,

embora estes últimos não possuam uma responsabilidade sectorial concreta nem tenham direito a voto. No entanto, com este figurino, todos os Estados-membros terão um seu representante com possibilidade de ter uma influência concreta na Comissão.

"O mais importante foi termos conseguido que ficasse consagrado no texto final que a rotatividade na composição se realizasse de acordo com critérios de absoluta igualdade entre Estados-membros, de forma a evitar que Portugal e outros países menos influentes pudessem vir a não ter um comissário", disse Luís Marinho.

Esta regra passará a vigorar a partir de 2009 e consagrará, segundo o europeudatado, uma Comissão mais política, na medida em que a sua composição acusará de forma mais saliente os resultados eleitorais que se verificarem em cada um dos Estados-membros.

# O PS E O FUTURO DA EUROPA

## I – O projecto de constituição europeia elaborado na Convenção – Questões institucionais

Apoiamos o processo de constitucionalização empreendido no âmbito da «Convenção sobre o Futuro da Europa» – método indubitavelmente mais transparente do que a habitual negociação inter-governamental. De acordo com os mandatos dos Conselhos Europeus de Nice e Laeken, simplificaram-se e consolidaram-se num só Tratado as bases normativas fundamentais da Europa que terá 25 países membros a partir de 1 de Maio de 2004. E começaram a perspectivar-se reformas institucionais para uma Europa ainda mais alargada em momento posterior.

O caminho para a Europa federal deve estar em aberto, se os cidadãos europeus concluírem, depois de devidamente esclarecidos e ouvidos em referendos nacionais, que essa é a melhor resposta para a resolução dos seus problemas.

## II – O projecto de Constituição será aprovado pelos Governos na CIG

O projecto de Constituição da União Europeia vai passar da «Convenção para o Futuro da Europa» para negociação final e aprovação em sede da Conferência Intergovernamental (CIG), que deverá começar no segundo semestre deste ano.

Abri-se-á, então, uma fase crucial da negociação, em que caberá ao Governo português a responsabilidade de acutelar e promover os interesses nacionais, incluindo o interesse de Portugal no aprofundamento do projecto de construção europeia, tanto mais que está em causa uma reconexão das relações de poder entre Estados Membros e instituições. A Constituição da União Europeia terá de ser aprovada na CIG por unanimidade dos Estados Membros. A União governa-se pelo compromisso de Nice no plano institucional – que foi e é satisfatório para Portugal e teve por objectivo permitir à União funcionar alargada a 25 países.

## III – O Governo negocia na CIG em nome de Portugal

O que vai negociar-se na CIG tem sérias consequências para a Europa e para o posicionamento de Portugal na construção europeia. Não deve transformar-se em objecto de guerra política ou partidária interna. Estão em causa determinantes interesses nacionais, que recomendamos a mais coesa e ampla convergência no espectro político português.

O PS é um partido responsável. Respeita as competências do Governo, quer *dar-lhe margem* negociável e equaciona, numa perspectiva de Estado, os desafios que se colocam ao país e à Europa. Espera do Governo igual responsabilidade e ampla consulta com todas as forças políticas e órgãos de soberania, nomeadamente o Parlamento.

É o Governo quem tem de explicar aos portugueses como se posiciona para negociar, em nome do país, face a várias opções e desafios suscitados pelo projecto de Tratado Constitucional que deverá apreciar na CIG.

## IV – Na CIG nada deve estar acordado até tudo estar acordado.

Na CIG as decisões são tomadas por unanimidade. Na opinião do PS, o Governo português não deveria assumir qualquer solução em matéria institucional sem avaliar todas as implicações do acordo global que resultará para Portugal e para a construção europeia do projecto de Tratado Constitucional. Muito menos deverá aceitar compromissos que representem um recuo do projecto elaborado na Convenção, no sentido de reforçar a lógica inter-governamental.

Não se trata apenas de avaliar o sentido e o impacto das reformas institucionais e a capacidade relativa que oferecem a Portugal para influenciar o processo europeu e defender os seus interesses próprios. É preciso perspectivar que Europa se vai construir, não só através das reformas institucionais mas também através dos objectivos, valores e princípios básicos que se garantam e das políticas comunitárias que se enunciam.

E se o projecto europeu registar mudanças substanciais, ou se as implicações institucionais determinarem novos condicionamentos dos interesses nacionais, não pode Portugal deixar de reforçar a legitimidade da soberania compartilhada - o que poderá implicar consultar adequadamente os portugueses, em referendo. O Governo português não tem de ter medo de ouvir os portugueses. Tem e de lhes saber explicar que interesses e que mudanças estão em causa.

## V – A reforma da arquitectura institucional

Admitimos, à partida, que o projecto de Tratado constitucional a sair da «Convenção sobre o Futuro da Europa» visse a constituir um passo na caminhada para um genuíno e democrático modelo federal, onde a representação igualitária dos Estados e a coesão económica e social fossem acuteladas.

Mas não vai nesse sentido o projecto de Constituição da União Europeia ainda a ser elaborado na Convenção. Um projecto de entendimento foi apresentado na semana passada pelo

Presidente da Convenção as suas diversas componentes, incluindo a representação governamental portuguesa: assenta no diferimento para 2009 das soluções institucionais mais controversas, mas com imediata criação do novo cargo de Presidente do Conselho Europeu. O texto que o reproduz só foi conhecido a 10 de Junho de 2003, esperando-se que seja ainda discutido antes de ser levado aos Chefes de Estado e de Governo reunidos em Salónica este mês.

A arquitectura institucional proposta consta do Título IV «Instituições» do projecto de Constituição. Apesar de não corresponder em vários pontos importantes às soluções defendidas pelo PS, traduz no entanto um compromisso que ainda é possível e necessário aperfeiçoar e, sobretudo, evitar que seja ulteriormente pervertido.

Torna-se necessário evitar que o modelo apresentado abra caminho ao controle da Europa por um directorio de grandes países. Para isso é necessário não confundir poderes entre diferentes órgãos, evitar conflitos de competência e rivalidades, designadamente entre o proposto Presidente Europeu e o Presidente da Comissão, entre o Presidente Europeu e o proposto MNE, e entre aqueles dois Presidentes e as presidências rotativas do Conselho de Assuntos Gerais e de Conselhos sectoriais.

## VI – O PS e as propostas de reforma institucional do Presidium

Atentas às responsabilidades que cabem ao Governo no processo negociado na CIG, destaca-se o que o PS considera problemático ou possível de exploração nas propostas de reforma institucional do Presidium.

A questão principal em matéria institucional prende-se com a aceitação duma Presidência permanente para o Conselho Europeu.

### a) Reforma do Conselho Europeu, Conselho de Ministros e gestão da presidência do Conselho Europeu

O PS poderia admitir a perspectiva de um Presidente da União reunindo as funções de Presidente da Comissão e de Presidente do Conselho Europeu, como passo reforçador duma lógica comunitária. Mas isso não é o que está na proposta do Presidium. Tal como ai se apresenta agora, o Presidente do Conselho corre o risco de reforçar a vertente inter-governamental da União, com prejuizo do papel da Comissão.

O PS defendeu a manutenção das presidências rotativas e discorda de que se considere disfuncional esse modelo, mesmo numa Europa alargada a mais de 25, conforme já previsto em Nice. Pela experiência portuguesa, sabemos que, além do mais importante instrumento para incluir a europeização das culturas burocráticas nacionais, a presidência rotativa do Conselho tem sido um dos principais instrumentos de aplicação do princípio da igualdade entre os Estados Membros.

Num espírito de compromisso, o PS poderia encerrar outros mecanismos que garantam a igualdade entre os Estados Membros. Designadamente um novo órgão, um Conselho Legislativo, para onde se transferisse a intervenção dos Estados Membros numa base igualitária: intervenção partilhada com o Parlamento Europeu na função legislativa; composto por representantes dos Estados Membros, a nível ministerial, com voto igual, votando por maioria simples ou por maioria qualificada de EMs sem ponderação demográfica, consoante as matérias estabelecidas na Constituição.

Mas, caso a CIG venha a consagrar a criação de um Presidente do Conselho Europeu, como tem sido preferência do Presidente da Convenção e consta da proposta do Presidium, será fundamental explicitar no Tratado uma rigorosa preservação das competências da Presidente da Comissão, das presidências rotativas (por um ano) do Conselho de Assuntos Gerais e Legislativo e outras formações do Conselho de Ministros, e ainda da presidência do Conselho de Negócios Estrangeiros (que na proposta do Presidium caberia ao novo MNE da União).

Se a CIG aprovar o novo cargo de Presidente do Conselho Europeu, ele deveria confirmar-se a presidir reuniões, sem mandato executivo específico e sem secretariado próprio, de modo a não conflitar com as competências de outros órgãos, em especial com o Presidente da Comissão. E, no entender do PS, deveria ser eleito por consenso no Conselho Europeu, como e regra geral das decisões deste órgão, e não pela maioria qualificada proposta pelo Presidium.

### b) Reforma da Comissão Europeia

O PS reitera apoio ao princípio consagrado em Nice para uma Europa alargada até 27 Estados Membros de «um Comissário por país», como expressão do princípio da igualdade dos Estados que sempre defendemos. No entanto, para obviar a tentações de controle da Comissão através de eventuais «pequenos comités» informais no seu seio, o PS admite o compromisso de reduzir o número de Comissários, desde que se assegure a rotatividade numa base de estrita igualdade entre todos os Estados Membros. E desde que se continue a exigir rigorosa independência, neutralidade, transparência e democracia interna ao órgão supranacional e verdadeiramente da União que é a Comissão.

Recordamos que o Presidente da Comissão seja eleito pelo Parlamento Europeu a seguir às eleições europeias e sob proposta do Conselho Europeu. No entanto, o PS, cada Estado Membro deveria, para a elaboração da lista de Comissários, apresentar propostas de quatro nomes, dois homens e duas mulheres.

### c) Parlamento Europeu

O PS não concordou que o número de deputados fosse reduzido a 700,

conforme anteriormente proposto pelo Presidium. Sempre sustentou que a composição deveria manter-se como previsto no Tratado de Nice - 732 – solução finalmente acolhida pelo Presidium.

### d) MNE Europeu

O PS apoia a nomeação de um único representante da União para a política externa, segurança comum, defesa e relações externas, que exercerá o cargo de MNE Europeu, sendo Vice-Presidente da Comissão e designado pelo Conselho Europeu, com o acordo do Presidente da Comissão.

O PS nota que a esfera de intervenção do MNE tem potencial de sobreposição e conflitualidade com a do proposto Presidente do Conselho Europeu, que importa evitar. Importa ainda acutelar devidamente o risco de contradição entre a da acção do MNE da União e a acção dos MNEs dos Estados Membros.

### e) Banco Central Europeu

O BCE não pode ter por objectivos manter a estabilidade dos preços, executar a política monetária da União e apenas agir as políticas económicas gerais da União. O BCE tem de servir estas políticas, designadamente no domínio do emprego, crescimento económico e desenvolvimento sustentável. Nesta perspectiva, o PS seria favorável à criação, no âmbito da Comissão, de um Vice-Presidente para os Assuntos Económicos e Sociais que acompanhasse o ECOFIN e o BCE.

### f) Extensão do procedimento de co-decisão e maioria qualificada (OMV)

Co-decisão e OMV devem ser a regra geral para todos os assuntos legislativos.

O PS sublinha que o método de votação consagrado em Nice foi acordado para vigorar numa União podendo integrar até 27 Estados Membros. E, como tal, deve ser aplicado. Para futuro, o PS apoia a definição de maioria qualificada como a maioria dos Estados Membros em representação de, no mínimo, três quintos da população da União.

## VII – Outros assuntos

### a) Carta dos Direitos Fundamentais

O PS apoia a incorporação da Carta no Tratado para a tornar legalmente vinculativa.

Queremos ver mais explicitamente consagrado no Tratado o princípio/levar da promoção da igualdade entre homens e mulheres, insuficientemente formulado na Carta.

O PS apoia a adesão da União à Convenção Europeia dos Direitos Humanos.

### b) Coesão económica, social e territorial - regiões ultra-periféricas

O PS apoia uma abordagem e consagração a coesão territorial, económica e social, nomeadamente a protecção específica das regiões ultra-periféricas, por via da constitucionalização do seu estatuto.

### c) Política externa e de segurança comum (PESC) e Política europeia de segurança e defesa (PEDS)

O PS defende que a UE venha à ter representação unificada no Conselho de Segurança das Nações Unidas e no G-8.

O PS quer uma Política Europeia de Defesa, e apoia cooperações reforçadas nesse domínio, desde que visem a realização dos objectivos da União e sejam abertas aos Estados Membros que queiram participar e preencham os necessários requisitos objectivos.

O PS é favorável a participação de Portugal no máximo de núcleos de cooperações reforçadas que possam desenvolver-se entre membros da EU.

## VIII- O PS é, em Portugal, o partido da Europa, o partido da construção europeia. Mas não de qualquer Europa.

Queremos uma Europa afirmativa num mundo multipolar, fomentadora da democracia, sustentada, paz, justiça, desenvolvimento social e crescimento económico sustentável. Uma Europa solidária e politicamente integrada, promotora da Estratégia de Lisboa, da coesão social, da convergência económica e da protecção ambiental, assente nos princípios da igualdade entre os Estados Membros e entre todos os seus cidadãos.

Queremos uma Europa alargada. Que seja mais Europa, mas não menos União. Queremos mais União. Uma Europa mais comunitária e menos inter-governamentalizada - o que implica estrito respeito pelo princípio da subsidiariedade. Um espaço político integrado, muito mais do que uma simples área de cooperação económica, compatível e ainda concomitante com os Estados, mas já uma União Europeia com personalidade jurídica própria, garantindo a todos os cidadãos o Estado direito, a democracia, os direitos humanos e as liberdades fundamentais. Uma União que incorpore a Carta dos Direitos Fundamentais no seu Tratado Constitucional e que adira à Convenção Europeia dos Direitos Humanos.

Queremos uma Europa mais democrática e próxima dos cidadãos, onde o Parlamento Europeu reforce a sua intervenção à medida que as competências da União se alargam. E em que os Parlamentos Nacionais se envolvam mais no quotidiano da União, ganhando maior aculturação europeia em modelos que não tornem mais complexo o processo decisório mas lhes reforcem o efectivo controlo daquilo que os Governos vão defender ou defenderem no quadro da União.

OTA

## TRÊS PERGUNTAS A JOÃO CRAVINHO

A política para o equipamento do actual Governo é uma acumulação de avanços e recuos que em nada servem os interesses nacionais. A prova-los estão os recentes zigzagues na questão da localização do novo aeroporto de Lisboa na Ota.

O "Acção Socialista" colocou três questões sobre esta matéria ao deputado João Cravinho, ex-ministro do Equipamento Social.

**Como interpretar politicamente os sucessivos zigzagues do Governo em relação à construção do novo aeroporto da Ota?**

Assência de estratégia de desenvolvimento de Portugal nos quadros peninsular e europeu, premiação do Primeiro Ministro para a demagogia eleitoralista e cedência a lobbies localizados na Câmara de Lisboa e no Porto.

**Quais as principais razões que levam o PS a considerar fundamental esta nova infra-estrutura aeroportuária?**

A Ota insere-se na infra-estrutura pesada multimodal necessária ao desenvolvimento do país como uma importante plataforma logística europeia na faixa atlântica. O limite desejável para a Portela é de 14 milhões passageiros/ano, tendo o próprio ministro Valente de Oliveira reconhecido no Parlamento, em Janeiro deste ano, que o custo de ultrapassagem de 16 milhões seria exorbitante. Além disso, por razões ambientais (ruído e poluição) e de



segurança, a Portela terá de ser encerrada na próxima década.

**Pode Portugal dar-se ao luxo de perder os fundos comunitários destinados à obra se o Governo a cancelar em definitivo?**

A tentativa de prolongar indefinidamente a Portela esbarrá com a oposição de

Bruxelas por razões ambientais. Não haverá dinheiros comunitários para esse efeito. O que for feito será feito exclusivamente com dinheiros do sector público, enquanto que na Ota 80 por cento do financiamento virá de fundos comunitários e do sector privado. A política do Governo actual é um desastre financeiro para o sector público.

O País relativo

## O FÓRUM SOCIAL DO PS E O FUTURO

*Querer fazer do fórum uma espécie de frente unitária dos movimentos sociais é, além de um erro, a melhor maneira de anular as virtualidades deste tipo de dinâmicas, em que a pluralidade não se compadece com a reprodução mecânica das lógicas frentistas dos partidos à nossa esquerda.*



MIGUEL CABRITA

se gerou já depois do fórum um conjunto de importantes debates sobre a relevância, as fraquezas, e o futuro do FSP.

Mas, mesmo que esta avaliação global aquém das expectativas seja correcta, significa isto que o fórum foi um fracasso? Creio que não.

Em primeiro lugar, porque foi uma rara, mas por isso mesmo muito enriquecedora, experiência de interacção entre organizações da chamada sociedade civil e movimentos sociais, em muitos casos com âmbitos, objectivos e ideais muito diferentes entre si. Desde logo, reflectido por certo as forças e as bem conhecidas fraquezas deste tipo de dinâmicas em Portugal. E chamando a atenção para um dos erros originais dos mais optimistas: a expectativa que do FSP poderia surgir uma "agência social" única, coerente, forte, congregando prioridades de diferentes movimentos sociais e organizações. Nada de mais errado. Os agricultores biológicos não pensam, de todo, o mesmo que os defensores da agricultura familiar ou tradicional; os defensores dos direitos sexuais não pensam todos o mesmo nem têm estratégias comuns. E por aí adiante. Querer fazer do fórum uma espécie de frente unitária dos movimentos sociais é, além de um erro, a melhor maneira de anular as virtualidades deste tipo de dinâmicas, em que a pluralidade não se compadece com a reprodução mecânica das lógicas frentistas dos partidos à nossa esquerda.

Em segundo lugar, porém, e se se evitar este erro, o fórum não deixa de ser importante porque as agendas de discussão (plurais e nem sempre coerentes entre si) que o fórum deixa são um capital de reflexividade e de linhas de acção política a ter em conta de futuro.

Até porque o FSP foi, sem dúvida, um momento muito importante de diálogo entre os partidos e estas organizações e movimentos. Mesmo que não tenha sido possível (e não foi) evitar por completo, como seria aliás de esperar, as dificuldades e as perversões do relacionamento entre sociedade civil e partidos entre nós.

Uma coisa é certa, para os partidos que não têm o desejo de instrumentalizar os movimentos sociais (desejo que quando existe nem sempre é convenientemente reprimido, como bem se viu, e o PCP não é infelizmente o único exemplo), nem de, pelo contrário, os menozitar; e para os movimentos e organizações que vêem nos partidos interlocutores e plataformas com capacidade de difusão de agendas políticas (e não são todos que têm essa visão estratégica), a experiência do fórum não é, para esquecer. Antes pelo contrário. Independentemente do que vier a acontecer, de quem participar no próximo FSP e de quando este se realizar.

Não restam dúvidas de que os partidos, quaisquer partidos, só ganham com uma lógica de verdadeiro diálogo e de proximidade com a sociedade civil que seja permanente e orgânica — integrando na própria lógica dos partidos experiências valiosas como os Estados Gerais. Os últimos meses podem servir para separar as águas e mostrar quem está, de facto, interessado e em condições de fazer isto de forma construtiva e sem instrumentalizações perversas. E quem não está, naturalmente.

Por tudo isto, o PS só ganhou em dizer presente no FSP. Mostrou assim que está disponível, sem posturas de memorização nem tentações assimilationistas, para dialogar de forma aberta e crítica com agendas políticas e sociais por vezes bem diferentes da nossa. Fazer pontes com sectores organizados da sociedade portuguesa face aos quais as desconfianças mútuas são ainda a regra, só pode ser um factor de enriquecimento do partido — seja pela integração de novas visões, seja por obrigar o partido a pensar sobre si próprio e sobre as propostas políticas que já defende. A cultura do diálogo orgânico e a capacidade de fazer pontes com diferentes sectores sociais e políticos é um dos factores críticos da capacidade que o PS tem, enquanto partido, de se abrir e de ganhar com isso novas bases sociais de apoio para os projectos do socialismo democrático, cuja maior política tem aliás uma longa tradição de abrangência e de relação crítica consigo própria e com outros ideários. A nossa experiência recente demonstra bem, de resto, as virtualidades desta postura. E está a linha de acção que tem de ser aprofundada, não apenas a actual, nem a nossa mas também a nacional — porque é neste âmbito que vivemos, em muitos casos exclusivamente, muitas das organizações da chamada sociedade civil.



## MÁRIO SOARES LANÇA LIVRO SOBRE ESCRITORES PORTUGUESES

A "paixão" de Mário Soares pelas letras, foi o motivo que o levou a escrever a obra "Incursões Literárias" apresentada na passada segunda-feira, em Lisboa, pela escritora Lídia Jorge.

Segundo o autor, "este livro é um acto de reverência à literatura e aos seus autores" escrito por um homem que viveu "permanentemente fascinado pelo ofício das letras" e que teve o privilégio de "ser admitido à mesa dos escritores". O livro editado pelo Círculo de Leitores

reúne textos produzidos por Mário Soares entre 1992 e 2002 sobre figuras da literatura portuguesa, nomeadamente, Eça de Queiroz, Almeida Garrett, Aquilino Ribeiro, Miguel Torga, Fernando Namora e Natália Correia, entre outros. No prefácio da obra o eurodeputado socialista revela que esta "é uma colecção de retratos, sempre sobre escritores e poetas, excepcionalmente sobre homens de cultura de grande relevância".

## FERRO VISITA PORTUGUESES NO CANADÁ

O secretário-geral do Partido Socialista, Ferro Rodrigues desloca-se de 4 a 9 de Julho ao Canadá, onde se vai encontrar com a comunidade portuguesa em Toronto.

O convite endereçado por representantes das comunidades portuguesas residentes naquele país, foi "imediatamente aceite" por Ferro Rodrigues no dia das comemorações do Dia de

Portugal, nos Açores.

Ao contrário de Durão Barroso que durante a sua visita oficial ao Canadá não se deslocou à cidade de Toronto com receio do surto de pneumonia atípica, o líder do PS, apesar do risco da doença, não deixará de se deslocar aquela cidade onde reside e trabalha um grande número de portugueses.



# QUE MODELO DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL?

*Somos favoráveis à alteração das NUT's II, que faça separar as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, mas entendemos que as restantes NUT's II, se devem manter com o perfil que hoje apresentam.*

## 1. O que o Governo nos propõe

O XV Governo Constitucional apresentou, no seu programa, o desenvolvimento de um conjunto de iniciativas legislativas que visavam promover uma "descentralização tranquila" de atribuições, competências e funções para os Municípios Portugueses.

Foi nesse sentido que o mesmo Governo desenvolveu e materializou a consideração legal das Autoridades Metropolitanas de Transportes, que passaram a existir nas grandes regiões de Lisboa e Porto; que apresentou na Assembleia da República iniciativas que visavam uma nova consideração das Áreas Metropolitanas e a possibilidade de criação de áreas metropolitanas de segunda ordem, designadas por Comunidades Urbanas; e ainda as novas Comunidades Intermunicipais.

As grandes Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto não viram qualquer inovação substancial nas atribuições e competências, nem na estrutura dirigente, nem na forma de legitimação dos órgãos e das decisões políticas. Estas entidades, nascidas do preceito constitucional plasmado no artigo 236º da CRP, são a mera continuação das existentes há mais de uma década, com um retrocesso evidente que entra na "matividade" das mesmas áreas Metropolitanas.

Se atentarmos no último recenseamento da população é fácil verificar que os aenteijos terão condições de, observando os critérios (nove municípios e 350 mil habitantes), constituir uma Grande Área Metropolitana. Nada de mais anacrónico. Critérios de natureza económica, de mobilidade, de relações "intra-área", de estruturação social, encontram-se menosprezados na verificação dos juízos necessários à existência de uma GAM.

E se ao nível das GAM as questões relevantes que identificamos demonstram a falência do modelo proposto, não poderemos deixar de nos "alvorçar" pela nova consideração das Comunidades Urbanas. Estas diferentes entidades são, simultaneamente, as GAM dos pequenos, entidades metropolitanas de segunda ordem, que garantindo os defeitos de fabrico das primeiras se aminoram nos, também estreitos, critérios de consiliação. Assim, para se criar uma Comunidade Urbana deverá observar-se o conjunto "enorme" de critérios (dois) – três municípios contíguos e 150 mil habitantes. Teremos portanto a possibilidade de verificar que um conjunto de edis se pode lançar na manobra, pessoalmente relevante, de criação de uma COMURB com a integração de concelhos onde o espaço rural é consideravelmente superior ao urbano.

Depois de dividir os municípios em GAM, municípios de primeira, em COMURB, municípios de segunda, veio o Governo, com uma iniciativa legislativa, que pretende integrar os "restos" – as Comunidades Intermunicipais. Estas, resultam do *litting* introduzido na designação anterior das Associações de Municípios de Direito Público. Nem uma atribuição a mais, mas competências e recursos a menos.

## 2. Uma outra visão

O Partido Socialista, se quer regressar ao espaço das propostas credíveis, poderá seguir, neste momento e enquanto não se implementar o processo de regionalização, o seguinte caminho:

1. Uma nova consideração das NUT's que possibilite a separação das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto como entidades autónomas;
2. A determinação, em sede de Convenção Luso-Espanhola, das Comunidades Ibéricas, que possam reunir Entidades Regionais de Coordenação Portuguesas e Juntas Regionais Espanholas ou Comunidades de Desenvolvimento e Ordenamento lusas e Provincias Galegas, Castelhanas, Andaluzas e da Estremadura,
3. A plena determinação das Entidades Regionais de Coordenação, agentes substitutos das Comissões de Coordenação Regional, que reúnam os municípios das actuais CDDR's, deles passem a depender e deles recebam a total legitimidade, deixando de estar dependentes do Governo;
4. A criação de Comunidades de Desenvolvimento e Ordenamento que não sejam meras associações de municípios como as que actualmente existem;
5. A identificação, dentro das Comunidades de Ordenamento e Desenvolvimento de Centros de Gestão Urbana, que agrupem municípios com grandes aglomerados populacionais e com problemas típicos desses aglomerados;
6. A progressão das Áreas Metropolitanas para Entidades Metropolitanas de Gestão;
7. A determinação de uma estrutura institucional para as Entidades Regionais de Coordenação, das Comunidades de Desenvolvimento e Ordenamento e das Entidades Metropolitanas que permita a existência de Assembleias Deliberativas, com a participação maioritária dos municípios e a representação da sociedade civil, a existência de Conselhos de Administração, constituídos pelos Presidentes de Câmara e, ainda, de Comissões Executivas, constituídas por Gestores Profissionais, eleitos pelas Assembleias Deliberativas, as quais exponham um Contrato de Gestão.

## 3. Os limites territoriais para a criação das novas entidades

O actual governo promoveu uma alteração dos limites das NUT's II com vista a retirar da NUT II – Lisboa e Vale do Tejo, um conjunto de municípios mais débeis e que fez transportar para o Aenteio e para o Centro. Esta decisão não se funda em critérios de natureza técnica, antes revela a face mais visível de um certo "portuguesismo salto".

Somos favoráveis à alteração das NUT's II, que faça separar as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, mas entendemos que as restantes NUT's II, se devem manter com o perfil que hoje apresentam.

Ao mesmo tempo se deve progredir para a alteração das NUT's III que faça reunir espaços territoriais com, pelo menos, 100 mil habitantes, garantindo massa crítica suficiente e fazendo observar economias de escala.

As Entidades Regionais de Coordenação deveriam, portanto, ter em conta o espaço territorial das NUT's II e as Comunidades de Desenvolvimento e Ordenamento deveriam sobrepor-se as NUT's III.

Os Centros de Gestão Urbana poderiam nascer dentro de uma só NUT III ou da conjugação de interesses de várias NUT's.

Opinião

# APRESENTADO GRUPO DE REFLEXÃO DO URBANISMO DO PS/SANTARÉM

Impulsionado pela Concelhia do PS/Santarém, foi apresentado na semana passada o Grupo de Reflexão do Urbanismo que tem como objectivos centrais levar os cidadãos a interessarem-se pelas questões do urbanismo e, se possível, fazer sentir aos responsáveis nacionais as consequências de determinadas medidas.

Celso Ricardo Brás, coordenador do grupo, revelou que foram criados núcleos dedicados a algumas áreas com o objectivo de promover uma reflexão crítica sobre problemas com implicações na vida das pessoas e que levem os cidadãos a participar.

No caso do urbanismo, o grupo decidiu promover um conjunto de debates sobre o tema, mais com o carácter de conversa,



que leve as pessoas a conhecerem a cidade e a participarem. O primeiro desses debates da série «Conversas sobre a cidade» teve entretanto lugar e visou dar a conhecer a evolução da cidade ao longo do tempo, através da cartografia, e explicar como a estrutura natural do território condicionou a forma urbana de Santarém.



**ASCENSO SIMÕES**

Deputado do Partido Socialista

## JOSÉ LEITÃO CRIA CLUBE LISBOA

José Leitão e um grupo de camaradas identificados com a sua candidatura aos recentes eleições para a Concelhia de Lisboa decidiram criar um clube político, denominado Clube Lisboa, ao abrigo dos estatutos do PS.

Segundo o ex-alto comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, "este

clube será aberto aos militantes socialistas e independentes que conosco queiram reflectir e lutar para projectar Lisboa, afirmar a sua centralidade e promover o seu desenvolvimento de forma a que se assuma como capital atlântica da Europa".

## EDITE ESTRELA QUER ESCLARECER TUDO EM TRIBUNAL

A deputada socialista Edite Estrela manifestou a total disponibilidade para o levantar da sua imunidade parlamentar, de forma a poder responder presencialmente "o mais depressa possível" em tribunal pelos processos em que está pronunciada por crimes de abuso de poder e de violação de imparcialidade à frente da Câmara de Sintra.

Na declaração política que fez na Assembleia da República, a deputada do PS anunciou ainda que irá processar quem a associou "a falsa acusação" de crime de "peculato de uso", de forma a "repor a verdade" sobre a sua situação. Lembrando que o processo judicial teve origem em queixas apresentadas por "adversários políticos" antes das eleições autárquicas de 2001, após ter



publicado um boletim da câmara, Edite Estrela sublinhou: "Ocorreram inúmeras situações idênticas em todo o País, mas não sei porque só se fala no meu caso".

## MANGUALDE

## PS ACUSA EXECUTIVO CAMARÁRIO DE "INCOMPETÊNCIA"

O PS de Mangualde acusou o Executivo camarário, de maioria PSD/CDS-PP, de "incompetência na gestão dos dinheiros públicos", por no ano passado ter aumentado a dívida da autarquia em 1,9 milhões de euros.

Em comunicado, a Comissão Política do PS/Mangualde refere que "este disparar galopante dos números não encontra justificação na obra feita, mas

apenas em despesas correntes, tais como 750 mil euros em horas extraordinárias com funcionários". Salientando que a Câmara, em 2002, lançou apenas cinco obras, o PS lamentou também que "a indústria, área geradora de riqueza e estabilidade social absolutamente prioritária, tenha tido um investimento de 1.325 euros", uma verba que considerou "írrisória".



## TRIBUNAL DÁ RAZÃO À GESTÃO PS NA CÂMARA DE MIRANDA DO CORVO

O Supremo Tribunal Administrativo julgou improcedentes as acusações contra os eleitos do Partido Socialista à frente da Câmara Municipal de Miranda do Corvo, acusados então pelo PSD de fazerem licenciamentos ilegais.

Num comunicado divulgado pela Comissão Política Concelhia do PS de Miranda do Corvo, que dá conta de deliberação do Supremo Tribunal Administrativo, de 3 de Junho, afirma-se que as denúncias então efectuadas pelos candidatos do PSD "provocaram um inaceitável desgaste político" que levou à perda das eleições nas autarquias de Dezembro de 2001, por escassas centenas de votos.

Assim, na medida em que o Supremo Tribunal Administrativo "repõe a verdade dos factos e considera que todos os licenciamentos efectuados eram legais, à Sr.ª Presidente do PPD/PSD, principal



denunciante dos casos em apreço, que ganhou a Câmara Municipal nas eleições autárquicas de 2001 com base nas

difamações dos autarcas socialistas, não restará outra coisa a não ser a demissão do cargo que ocupa".

### AMADORA

## ADJUDICADA RECOLHA SELECTIVA DE LIXO

A Câmara Municipal da Amadora adjudicou a recolha de resíduos sólidos nos bairros da Cova da Moura, Azinhaga dos Besouros e Fontainhas a uma empresa privada por cerca de 130 mil euros.

Para a autarquia esta adjudicação justifica-se por causa do tipo de lixo não selectivo que obriga à utilização de contentores de grande porte e máquinas especiais, equipamento de que a autarquia não dispõe.

"Os próprios serviços da câmara queixavam-se destas recolhas", afirmou o autarca socialista Joaquim Raposo, acrescentando que esta adjudicação resolve "muitos problemas", a começar por melhores condições de higiene e salubridade nos bairros.

O autarca socialista salientou ainda que, "não se trata de um processo de privatização", mas sim de recorrer a



uma empresa exterior para fazer este serviço, "aliviando" os próprios serviços de higiene pública da autarquia.

### VIANA DO CASTELO

## CENTRO DA CIDADE COM TRÂNSITO REDUZIDO

O centro histórico e a periferia de Viana do Castelo vão passar a ser servidos por autocarros de pequena dimensão, após uma medida, aprovada em reunião do Executivo camarário, que se insere no concurso para a concessão dos Transportes Colectivos.

De acordo com o presidente da Câmara de Viana do Castelo, Defensor Moura, o circuito urbano terá autocarros de 20 em 20 minutos que vão privilegiar o acesso ao hospital.

A proposta da autarquia socialista, visa reduzir o acesso automóvel ao centro da cidade e está articulada com a criação de um conjunto de parques de estacionamento com três mil vagas.

### LOURES

## MUNICÍPIO APOSTA NA PREVENÇÃO CONTRA A TOXICODPENDÊNCIA

Ações de formação e sensibilização em escolas, junto das famílias e comerciantes e a edição de material informativo são projectos criados pela autarquia socialista de Loures no âmbito do Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicodpendências.

"Há que reconhecer que o problema da droga e do alcoolismo existe", afirmou o presidente da Câmara Municipal local, Carlos Teixeira, sublinhando que é necessário "atacar o mal pela raiz".

O objectivo central do Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicodpendências segundo a autarquia, é o de "contribuir para o afastamento dos jovens dos vários tipos de dependências, através da mudança de atitudes e da escolha".



### ABRANTES

## MUNICÍPIO INVESTE NO ABASTECIMENTO DE ÁGUA



A cidade de Abrantes passou a ser abastecida com água proveniente da Barragem de Castelo de Bode, solução encontrada pela autarquia socialista para resolver o problema da água da rede pública concelhia, que investiu no projecto cerca de 10 milhões de euros.

A autarquia refere que este é "um dos maiores investimentos de sempre" do município, tendo por objectivo "garantir o futuro da qualidade da água em Abrantes" e resolver, "em definitivo, o problema da qualidade e quantidade da água da rede pública".

## CÂMARA DE TORRES VEDRAS EXIGE REABERTURA DA MATERNIDADE

O presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, o socialista Jacinto Leandro, afirmou que está disposto a "sair à rua" com a população se a maternidade, cujo serviço de partos foi encerrado a 1 de Junho, não for reaberta dentro de duas semanas.

"Vou esperar mais 15 dias, mas não podemos correr o risco de ter a maternidade fechada durante quatro meses, pelo que, se essa for a única linguagem possível, vou para a rua com a população", afirmou o presidente da Câmara, acrescentando que "não pode haver desmobilização" e que o assunto "tem que ficar resolvido antes das férias".

Na última reunião extraordinária da Assembleia Municipal de Torres, convocada para debater o encerramento do serviço de partos, foi aprovada uma moção, mandatando os



presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal para expressarem junto do ministro da Saúde, a necessidade da reabertura da maternidade, bem como a melhoria da qualidade dos serviços do Centro Hospitalar.

### SANTARÉM

## RISCO DE DERROCADA PREOCUPA EDILIDADE

O presidente da Câmara Municipal de Santarém, Rui Barreiros, escreveu ao primeiro-ministro e aos ministros das Obras Públicas e Ambiente para mostrar a sua preocupação com os deslizamentos continuados nas barreiras de Santarém, em particular junto a Alfange.

O autarca socialista declarou a disponibilidade do município para procurar uma solução, sublinhando que esta tem forçosamente que passar por "criar condições financeiras no âmbito da administração central" para resolverem o problema em conjunto.

### CASTELO BRANCO

## AUTARQUIA AVANÇA COM AERÓDROMO

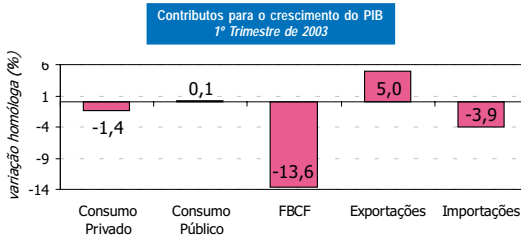
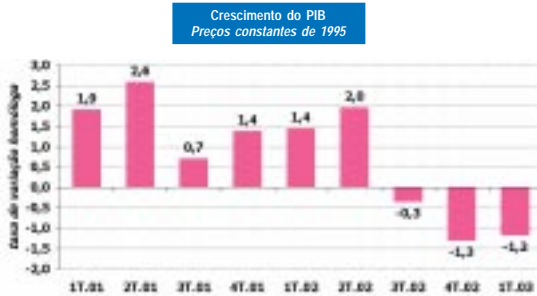
O presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, o socialista Joaquim Morão, anunciou que o concelho vai dispor de um aeródromo com uma pista de 1600 metros, num investimento que ronda os cinco milhões de euros, estando já a decorrer negociações para aquisição dos terrenos necessários

para a infra-estrutura. A conclusão do aeródromo está previsto para 2005, pretendendo ainda a autarquia candidatar o projecto a fundos comunitários. "Esta infra-estrutura será dotada das mais modernas técnicas de apoio para proporcionar aterragens o mais seguras possíveis", assegurou Joaquim Morão.



# OS NÚMEROS DA CRISE ECONÓMICA

1º TRIMESTRE  
DE 2003



No 1º trimestre deste ano, o Produto Interno Bruto recuou, em termos reais, 1,2% face a igual período do ano anterior e cresceu 0,1% em relação ao 4º trimestre de 2002. Portugal continua, assim, em recessão económica.

Esta quebra do PIB português resulta de dois efeitos contrários:

1º) A procura interna contribuiu negativamente, tendo intensificado a sua quebra (-4,2%) em resultado do mau desempenho do consumo privado (-1,4%) e do investimento (-13,6%).

2º) Pelo contrário, a procura externa líquida contribuiu positivamente com as exportações a crescerem 5,0% e as importações a baixarem 3,9%.

SUGESTÕES

POR LUÍZ FAGUNDES DUARTE

## VITORINO NEMÉSIO: DOS AÇORES, POR TER CUMPRIDO A PALAVRA



Vitorino Nemésio é talvez a única realidade cultural construída verdadeiramente comum às nove ilhas dos Açores, para além das condicionantes geográficas que, historicamente, foram um factor determinante naquilo que o próprio Nemésio viria a conceptualizar e a definir como "açorianidade". Se Nemésio é, como é de facto, um traço de união entre os açorianos das nove ilhas, e entre estes e o conjunto da lusofonia – não é apenas por ser um dos escritores importantes da Língua Portuguesa: Antero de Quental e Natália Correia, ambos açorianos, também foram escritores importantes, e no entanto a sua relação com a realidade cultural dos Açores – seja ela real ou poetizada – é bem diferente. Nemésio conseguiu, como ninguém mais, interpretar e recriar a herança cultural açoriana sem se deixar cair no regionalismo redutor, devolvendo-a depois ao povo de onde a recolheu num estado de pureza tal que o próprio povo nela se revele como a algo de seu e intocado na sua pureza original.

Em muitos dos seus textos – cabendo especial relevo, nesta matéria, ao livro de poesia *Festa Redonda* (1950), mas também à colectânea de contos *O Paço do Milhafre* (1924) –, Nemésio utilizou como matéria prima os traços mais individualizadores da variedade dialectal do homem rural da ilha Terceira, elevando-a assim à categoria de objecto de arte mas conservando-lhe, ao mesmo tempo, o ritmo, a frescura e a vivacidade que ainda hoje captamos no falar do dia-a-dia das populações rurais. Sobreretudo em *Festa Redonda*, Nemésio assume-se e é naturalmente aceite como um "cantador" entre os demais cantadores de terreiro açorianos, imitando-lhes o estilo, a arte da subtilidade, e a graciosidade espontânea e aristocrática que só o povo, nas suas manifestações culturais mais tradicionais, é capaz de produzir e de verdadeiramente entender. Mas Nemésio foi, também, um dos poetas mais eruditos da literatura portuguesa: num dos seus derradeiros livros – *Limite de Idade* (1972) –, utiliza terminologias e conceitos da ciência positiva, que transforma em objectos de cultura, demonstrando assim, como ele próprio escreveria mais tarde em *Era do Átomo – Crise do Homem* (1976), que a filosofia das ciências não é apanágio dos matemáticos e dos físicos

mas, pelo contrário, pode estar ao alcance do homem culto mediano. Da mesma maneira, poderíamos dizer que a cultura popular não é apanágio de etnólogos ou de "folcloristas", mas pode servir de matéria-prima para escritores que, como Nemésio, vêem o mundo, e tudo aquilo que nele existe e que é resultado da actividade espiritual e intelectual do ser humano, como um todo que não pode nem deve enjatear qualquer uma das suas partes.

Recordemo-lo através do último poema do livro *Limite de Idade*:

### "REQUIESCAT

Direi, pela noite, não ódio que tivesse.  
Nem detestar vida corpórea e ninhos de manha,  
Mas meu alto cansaço, a tristeza de lá  
Onde se sente o aqui traído, a falsa entranha.

Direi – não «fora!» ao mundo que me chinge  
(Outro onde o sei e como chegaria?)  
Mas dos anos de ver, pensar durante  
Retiro uma moeda de nada,  
Fruto do meu suor, e pago o pão que se me deve,  
Compro o silêncio que se me deve  
Por ter cumprido a palavra,  
Trabalhado nas palavras,  
E por elas merecido a terra leve.

15.6.1971\*

Acção  
**Socialista**

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Augusto Santos Silva | DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva silvino@ps.pt | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; P. Pisco ppisco@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt  
PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval  
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33  
DEPÓSITO LEGAL Nº 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal  
ou para [acao-socialista@ps.pt](mailto:acao-socialista@ps.pt)

w w w . p s . p t / a c c a o